



#437

SÃO PAULO | DEZ/JAN | 2016

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O ALTO CUSTO DA VIOLÊNCIA PARA A ECONOMIA NACIONAL

Desigualdade social faz do Brasil um dos países mais violentos do mundo. Saiba por que a criminalidade vem dizimando o potencial de desenvolvimento de cidades e Estados e como o País pode reverter esse quadro nefasto similar ao de nações em guerra e conflitos armados

REFORMA NA EDUCAÇÃO

Proposta apresentada pelo governo federal para diversificar o currículo do ensino médio abre discussão sobre como tornar a escola mais atrativa

O SUS ESTÁ NO CAMINHO CORRETO, MAS PODE MELHORAR

Para o especialista em gestão de saúde Nacime Salomão Mansur, a integração de políticas públicas é uma das soluções para melhorar o atendimento





ATÉ ONDE VAI A DEMOCRACIA?

A 2ª Semana da Democracia, realizada em Curitiba e criada pelo Instituto Atuação, promoveu a visibilidade das questões democráticas.

O **UM BRASIL** esteve presente para conversar com sete grandes pensadores do tema:

**Nara Pavão | Márton Reis | Francesc Badia i Dalmaes
Michael Coppedge | Rafael Poço | Lucy Bernholz
Pablo Valenzuela**

Confira as entrevistas no site www.umbrasil.com e faça parte do debate.



UM BRASIL

TUTU

 **Atuação**

TRÁGICA REALIDADE

É preocupante constatar que o Brasil vem se consolidando como um país violento. Felizmente, não vivenciamos conflitos armados, por outro lado, nossa realidade é típica de nações em guerra. Somente em 2015, mais de 58 mil brasileiros foram vítimas de mortes violentas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro de 2016.

As causas e consequências dessa tragédia brasileira são abordadas na matéria de capa desta edição de **Problemas Brasileiros**. Além do sofrimento das famílias que veem seus parentes entrarem para as estatísticas criminais, a violência é um açoite ao desenvolvimento das cidades. A criminalidade tira a vida das pessoas e faz sangrar o potencial econômico do País. Para se ter uma ideia dessa alarmante realidade, em quatro anos de guerra a Síria registrou 256 mil mortos. Aqui, atingimos a trágica marca de 279 mil mortes violentas. Onde há insegurança não existe desenvolvimento.

Investir em ações para a pacificação da sociedade é medida urgente a ser assumida pelos gestores públicos. Do contrário, continuaremos aumentando as despesas com segurança pública e alimentando o círculo vicioso da violência como resposta ao crime.

A má qualidade da assistência sanitária no território nacional é outra carência do Brasil. A fim de conhecer os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), que hoje atende 150 milhões de pessoas, conversamos com o médico especialista em gestão de saúde, Dr. Nacime Salomão Mansur.

Na área da educação, buscamos elucidar os vários aspectos da reforma curricular no ensino médio proposta pelo governo federal. A medida acirrou o debate entre educadores e estudantes sobre o que de fato garante a formação integral do cidadão. Uma constatação é unânime: precisamos despertar o interesse do jovem pelas salas de aula, já que 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos ainda estão fora da escola.

Acompanhar as ações dos governos e cobrar resolutividade em seus programas são tarefas de todos nós. Passadas as eleições municipais, a sociedade deve manter olhar atento sobre o desempenho dos órgãos públicos, prática que vem sendo assegurada por instituições Brasil afora, como verificamos nas páginas a seguir.

Melhorar a qualidade da gestão pública brasileira deve ser um exercício diário e coletivo. Não há outra forma de construir o país que queremos para as próximas gerações.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

REPÓRTERES **Filipe Lopes,**
Rachel Cardoso e Raiza Dias

FOTOS **Christian Parente, Folha Press**
e Acervo Guia Geográfico

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli**
e Demian Russo

EDITORIA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Renata Lauletta,**
Lais Brevilheri e Paula Seco

ASSISTENTE DE ARTE **Tiago Araujo**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Antonio Lanzana, Cristina Ribeiro de Carvalho,
Fabiola Perez, Guilherme Meirelles, Herbert
Carvalho, Humberto Dantas e Sabine Righetti



PB | #437

Trazemos nesta edição um panorama da violência no País, mazela social que produz efeitos nefastos em nossa economia e, contrariando a ideia de que o Brasil é um país pacífico, impacta diretamente o potencial de desenvolvimento de cidades e regiões metropolitanas. Mostramos também a experiência de outros países no combate à criminalidade.

6 Capa
VIOLÊNCIA E ATIVIDADE ECONÔMICA



12 Sustentabilidade
FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA



18 Entrevista
NACIME SALOMÃO MANSUR FALA SOBRE OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NA SAÚDE



24 Articulista
HUMBERTO DANTAS



26 Educação
A POLÊMICA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

32 Estados Brasileiros
RORAIMA

40 Economia
OS GARGALOS QUE TRAVAM A INDÚSTRIA CRIATIVA

44 Sociedade
ORGANIZAÇÕES CIVIS DE OLHO NOS POLÍTICOS



48 Política
PARLAMENTARISMO

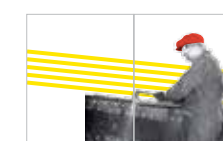
52 Urbanismo
HABITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL



58 Articulista
ANTONIO LANZANA



59 Biblioteca
LAURENTINO GOMES



60 Cultura
REVOLUÇÃO RUSSA

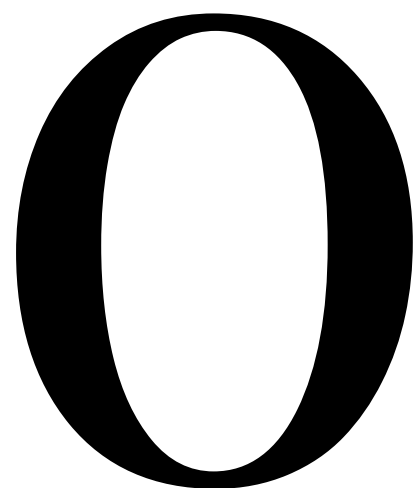
66 Grande Angular
A PRIMEIRA FACULDADE
DE MEDICINA DO BRASIL

O CUSTO DA VIOLÊNCIA

Os altos índices de criminalidade, a desigualdade histórica e o aumento da taxa de homicídios fazem do Brasil um dos países mais violentos do mundo e freiam o desenvolvimento econômico das cidades e dos Estados. Os gastos com segurança pública superaram R\$ 76 bilhões em 2015. Registramos mais vítimas de mortes intencionais em cinco anos do que a guerra na Síria no mesmo período. Como mudar esse cenário?

texto FABÍOLA PEREZ





O Brasil é um dos países mais violentos do mundo, ao contrário da ideia que historicamente se construiu. Apesar de não protagonizar nenhum conflito armado, presença diariamente uma realidade típica de guerras. Somente em 2015, 58.492 brasileiros foram vítimas de mortes violentas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro de 2016. São Paulo, a maior metrópole do País, tem diversas regiões periféricas sob controle de uma das maiores organizações criminosas do Brasil – o Primeiro Comando da Capital (PCC). No Rio de Janeiro, mesmo com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), as milícias e facções instauraram uma espécie de poder paralelo em boa parte das comunidades. Cidades como Fortaleza, Natal e Maceió assistem à sua população de jovens ser dizimada pelo crime. O número de assassinatos por arma de fogo no Nordeste dobrou na última década. Enquanto isso, o Norte registra as mortes mais violentas por conflitos de terra. O triste aspecto comum entre todas essas regiões é que a violência impacta diretamente o avanço econômico que se tenta alcançar. “Enquanto a segurança não for vista como um fator central para a economia, o Brasil não vai estar entre as nações mais desenvolvidas do mundo”, afirma o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima.

A violência produz efeitos nefastos quando não é combatida de forma eficiente. A perda de capital humano é uma das faces mais trágicas desse fenômeno. Nossa realidade é alarmante. Em quatro anos de guerra, a Síria registrou 256.124 mortos. Aqui, atingimos a trágica marca de 279.592 mil mortes violentas. R\$ 76,3 bilhões foram gastos com segurança pública por União, Estados e municípios em 2015, um crescimento de 62% entre 2002 e 2015, segundo o anuário. Outros R\$ 162 milhões foram aplicados na Força Nacional de Segurança Pública no mesmo ano. “Somos um país doente, com

quase 60 mil homicídios em um ano, o que nos coloca em uma situação muito grave”, diz o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Daniel Cerqueira. Além do sofrimento das famílias que veem seus parentes entrarem para as estatísticas criminais, a violência influi negativamente no potencial das cidades. “As vítimas morrem de forma prematura e deixam de produzir e consumir. Do ponto de vista econômico, há uma perda”, afirma Cerqueira. Os jovens acabam sendo a ponta mais vulnerável do sistema, uma vez que acabam mortos ou condenados pelas faltas de educação, de estruturas social e familiar e de acesso a serviços básicos.

O Banco Mundial classifica a violência como uma epidemia em toda a América Latina e no Caribe. Outro impacto dessa mazela social pode ser observado na saúde pública, uma vez que, além das mortes, as vítimas sofrem com implicações físicas e psicológicas. As vítimas de violências doméstica e sexual têm mais problemas de saúde e custos mais altos nos tratamentos e nas consultas de emergência mais frequentes durante a vida toda. O mesmo ocorre com vítimas de abuso e abandono infantis. Esse cenário contribui substancialmente para o aumento do orçamento anual dos tratamentos de saúde. “Os serviços de saúde se colocam em função de pessoas acidentadas em conflito. É só observar um plantão hospitalar para notar a demanda que a saúde precisa dar conta e não consegue”, afirma o professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Bocaccio Piscitelli. Para se ter uma ideia do rombo que essa realidade pode causar nas contas públicas, basta dizer que os custos diretos da violência nos serviços públicos de saúde equivaleram a R\$ 5,14 bilhões no ano de 2013.

Violência e criminalidade estão, portanto, intimamente ligadas à prosperidade econômica de uma região. Cidades afetadas pela desigualdade, com baixo índice de desenvolvimento humano, têm mais chances de registrar índices robustos de criminalidade. “A violência provoca o constrangimento de alguns setores e diminui a circulação de pessoas nas ruas. Com isso, o comércio fecha mais cedo e, assim, a economia perde dinamismo”, afirma Lima. De acordo com a Constituição Federal, a segurança é uma obrigação do Estado. Contudo, como o governo não consegue provê-la nas proporções que a sociedade deseja, há um custo diário para a sobrevivência. “Pagamos para ter polícia, mas como não funciona, pagamos pela segurança privada”, explica o professor de Finanças do Ibmecc-RJ, Gilberto Braga. “Há o custo inerente ao tributo e o custo extra pela ineficiência do Estado”, afirma. Um evento violento, explica ele, afasta investidores interessados em negociar e desestimula a circulação de dinheiro em determinadas regiões. “Há um freio na economia e na produtividade.”

Outro setor que sofre as consequências dos elevados índices de violência é o turismo. Algumas cidades brasileiras deixam de arrecadar milhões em função da criminalidade. Nos últimos anos, o Norte e o Nordeste do País vivem uma realidade particularmente complexa no que diz respeito à fal-

ta de segurança. Das 50 cidades com maior taxa de assassinatos por 100 mil habitantes em todo o mundo em 2015, 21 são brasileiras. É o que revela um ranking elaborado por uma ONG mexicana e divulgado pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal. Fortaleza, Natal, Salvador, João Pessoa, Maceió, entre outras, fazem parte da lista. “O crescimento econômico no Nordeste ocorreu sem a devida preparação das cidades. As polícias eram pequenas, mais pessoas passaram a utilizar álcool e drogas e o sistema como um todo não foi repensado”, afirma Lima, do Fórum de Segurança. “Um Estado que possuía 10 mil policiais e viveu um boom de crescimento não vai dar conta de atender às demandas da sociedade.”

Além do impacto na saúde, a violência produz mais dois grandes gastos em áreas que alteram de forma essencial a economia, são elas: a segurança (pública e privada) e o sistema penitenciário. O Brasil gasta R\$ 70 bilhões somente com a polícia. “Esse valor é insuficiente porque empregamos mal esses recursos, não investimos em serviços de inteligência”, diz Lima, do Fórum de Segurança. Nesse sentido, uma das maiores falhas é o baixo índice de elucidação de crimes. Alguns números separam bruscamente o País das nações desenvolvidas. Enquanto no Brasil apenas 5% dos homicídios são solucionados, no Reino Unido a taxa é de 85%, e nos Estados Unidos, de 65%. “Existe um clamor da sociedade por mais segurança, mais policiamento, mas para atender a todos os mandados de prisão, a polícia teria de dobrar a capacidade do sistema”, explica Piscitelli, da UnB. Essa sensação de impunidade afeta todos os âmbitos sociais e tem reflexos econômicos. “Jovens deixam de ir às escolas, a sociedade evita sair às ruas com medo de assaltos e perseguições, e essa alta percepção de risco faz com que as empresas aumentem a oferta por seguros patrimoniais, por exemplo. Ainda que isso gere renda, não é a aplicação mais desejável porque onera o orçamento das famílias”, explica o especialista.

O mercado da segurança privada fatura cada vez mais no Brasil, mas, ao contrário do que se possa pensar, o faturamento desse nicho beneficia somente empresários da área e não contribui para a prosperidade da economia nacional. “Os números da segurança privada podem causar sensações contraditórias. Apesar do aumento de empregos nesse segmento e na indústria eletrônica, há um constrangimento de outros setores”, diz Lima. Isso porque as empresas de segurança produzem e colocam mais armas de fogo à disposição no mercado e, com o frágil sistema nacional de fiscalização do governo, mais armamentos são roubados por criminosos – gerando um alto índice de homicídios. “A polícia deveria não só fiscalizar de maneira mais próxima as empresas de segurança privada, responsáveis por um alto número de desvios, mas também analisar o perfil das armas apreendidas para conseguir atuar antes que essa arma caia no mercado ilegal e municie o crime”, diz o coordenador de área de sistemas de Justiça e de segurança pública do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani. Aliado a isso, no âmbito público, há a falta de inte-

Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, um dos Estados mais violentos do País, opera com excedente de 55% da capacidade. A Casa de Detenção foi denunciada às Nações Unidas por tortura e não oferece trabalho aos indivíduos reclusos



Marlene Bergamini/Folhapress



João Wainer/Folhapress

Guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Em 1991, Medellín chegou a registrar taxa de homicídio de 381 mortes por 100 mil habitantes, e a cidade foi considerada a mais violenta do mundo. Mais de duas décadas depois, transformou-se em um dos lugares mais habitáveis do planeta, com 20 assassinatos por 100 mil habitantes

ração na atuação das polícias. “Se houvesse um investimento nas áreas de inteligência, a polícia poderia agir de forma mais precisa, economizando recursos e deixando de contribuir para o encarceramento em massa, que também onera os cofres públicos”, diz Langeani.

De acordo com um levantamento realizado pelo instituto, foram presas, só na cidade do Rio de Janeiro, provisoriamente 7.734 pessoas em 2013, o que gerou um gasto público de aproximadamente R\$ 45 milhões. Com esse dinheiro, seria possível manter 9,9 mil alunos do ensino básico e construir 76 postos de saúde e 873 casas populares. Esses números conferiram a premissa de que o Brasil prende muito e prende mal. A população carcerária brasileira chegou a 622 mil pessoas em 2014, segundo o Ministério da Justiça. Somos donos da quarta maior população penitenciária do mundo, atrás apenas de EUA, China e Rússia. Isso representa um gasto de R\$ 3.472,22 por preso nas quatro unidades geridas pela União em todo o País, enquanto nos presídios estaduais o valor chega a R\$ 1,8 mil. “Esse dinheiro deveria ser investido no sistema educacional. Isso, sim, ajudaria a diminuir a criminalidade”, afirma o jurista e diretor do Instituto Avante Brasil, Luiz Flávio Gomes. Um dos exemplos que ilustra a ineficiência do sistema carcerário é o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão. A casa de detenção, localizada em um dos Estados mais violentos do País, opera com

excedente de 55% da capacidade, foi denunciada às Nações Unidas por tortura e não oferece trabalho aos indivíduos reclusos. “São centros de detenção que não recuperam o ser humano punido, e o gasto do Estado para manter essa estrutura é ineficiente, já que, depois de sair da cadeia, o ex-detento não terá oportunidade de voltar ao mercado de trabalho”, afirma Braga, do Ibmecc-RJ.

AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

Nos últimos anos, a insegurança e a violência se tornaram os temas mais debatidos na América Latina. Os dados do ano passado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) explicam por quê. Quase 135 mil pessoas foram assassinadas em apenas um ano no continente. O combate a essa violência tem um custo de US\$ 120 bilhões por ano, o equivalente a US\$ 200 por habitante. Historicamente, países como Venezuela, Honduras, México e Brasil foram marcados pela desigualdade e pela violência. Apesar das políticas de combate à pobreza, nenhum país conseguiu efetivamente melhorar os índices de segurança. “Os países do sul estão muito preocupados com o aumento da violência, o número de pessoas que dizem ter sido vítimas de algum tipo de crime” afirmou em relatório a coordenadora da área de segurança do BID, Natalie Alvarado. “Apesar do crescimento, há uma enorme população de jovens

que não estuda nem trabalha e um enorme vazão institucional”, explica ela. O crime e o temor à violência influenciam o comportamento das pessoas, limitam as decisões de investimento das empresas, minam a confiança nas instituições e distorcem a destinação de recursos públicos e privados.

O crescimento desordenado de muitas cidades latino-americanas também propiciou a ausência de políticas públicas de segurança. “Os governos pensam em como criar mais empregos, mas raramente ponderam se determinadas populações conseguiriam chegar com segurança até o trabalho”, lembra Lima. Há uma série de limitações urbanas que interfere no acesso democrático das cidades, o que também impulsiona a violência. Bairros periféricos, isolados dos centros financeiros, sofrem com a falta de serviços básicos, como transporte de qualidade, acesso à saúde e saneamento. Garantir a boa ocupação do espaço urbano é fundamental para reduzir os índices de criminalidade. Portanto, segundo especialistas, se esses países da América Latina não passarem a enxergar a segurança como um fator de desenvolvimento, não se tornarão nações desenvolvidas com economias maduras. “Vamos perder a capacidade de reagir. Já atingimos patamares de insegurança muito altos e, com a crise, é possível que esses índices aumentem”, explica Lima.

COMO MUDAR?

As cidades brasileiras que ocupam posição de destaque no ranking da violência e ao mesmo tempo possuem indicadores econômicos ruins têm o desafio premente de tentar reverter essa conjuntura o quanto antes. Uma crítica que se faz às políticas de combate à violência, segundo Lima – que desenvolveu um estudo para o Banco Mundial sobre o tema –, é que os programas são muito genéricos e com atenção voltada apenas ao combate à pobreza. Além das iniciativas focadas em educação, é preciso pensar em como reduzir a criminalidade já instaurada. São necessários os programas de prevenção primária, mais universais; os de prevenção secundária, cujos esforços são direcionados a grupos de risco; e os de prevenção terciária, que se dedicam aos grupos já envolvidos em delitos. Somente ações conjuntas serão capazes de obter resultados efetivos no combate ao crime.

À luz da experiência internacional, os EUA conseguiram desenvolver políticas públicas eficazes. Em Nova York, em 1999, foi instaurada uma política de tolerância zero contra crimes. Um sistema tecnológico avançado identificou as regiões com maior índice de criminalidade, e o policiamento passou a ser mais efetivo nesses locais. Outro exemplo positivo é a cidade de Medellín, na Colômbia: no início da década de 1990, a sensação de medo prevalecia entre os habitantes da segunda maior cidade do país. A taxa de homicídio alcançou seu auge em 1991, com 381 mortes por 100 mil habitantes. Medellín foi considerada a cidade mais violenta do mundo. Mais de duas décadas depois, o mesmo município se transformou em um dos lugares mais habitáveis do planeta, com 20 assassinatos por 100 mil habitantes. Como esse avanço foi possível? Melhorias na segurança ajudaram no desmantelamento de cartéis de drogas e projetos de desenvolvimentos urbano e social auxiliaram a integrar bairros periféricos ao restante da cidade. Uma das principais estratégias adotadas foi o plano Cuadrantes, um sistema de dados georreferenciados sobre delitos pelo qual a polícia conseguia visualizar a área e a localização de um crime.

Hoje, porém, a Colômbia continua refém de uma realidade social complexa com sérias inferências na economia. No dia 2 de outubro, a população rejeitou, por meio de um plebiscito,

um acordo de paz entre o governo e as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc). O resultado das urnas revelou que 50,21% dos habitantes responderam “não” à pergunta: “Você apoia o acordo final do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?” Mais do que fruto de quatro anos de negociação, o acordo era uma tentativa de colocar fim a uma guerra de mais de 50 anos. Os partidários do “não” alegam que o presidente colombiano cedeu demais às Farc. Entretanto, a não interrupção da guerrilha faz o país perder ainda mais recursos que pode-

“ENQUANTO A SEGURANÇA NÃO FOR VISTA COMO UM FATOR CENTRAL PARA A ECONOMIA, O BRASIL NÃO VAI ESTAR ENTRE AS NAÇÕES MAIS DESENVOLVIDAS DO MUNDO”

riam ser investidos em outros setores que não o bélico. “A Colômbia joga hoje no campo da incerteza sobre o futuro do processo de reconciliação nacional. O que ficou claro é que o medo venceu”, diz o sociólogo do Fórum de Segurança. Enquanto a reconciliação não ocorre, uma grande parte dos recursos do país continuará deixando de ser aplicada em segmentos-chave para o desenvolvimento.

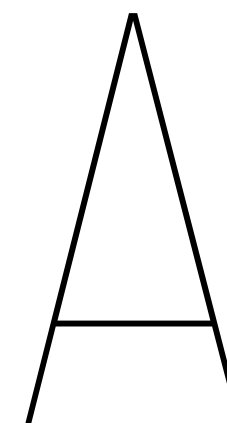
No Brasil, algo urgente precisa ser colocado em prática. O País se torna mais violento a cada dia. Especialistas acreditam que as relações pessoais têm se deteriorado. Mas os impactos da violência podem ser minimizados. A Orga-

nização Mundial da Saúde (OMS) aponta que devem ser atacadas as causas mais comuns, como a baixa escolaridade, a instabilidade e a falta de estrutura familiar, a pobreza concentrada e o desemprego. Além disso, a ocupação urbana e o acesso à cidade também são ferramentas poderosas nos combates à violência e à criminalidade. As prefeituras possuem grande responsabilidade nesse desafio. Os acessos à educação, às creches e aos espaços de convivência em cidades periféricas são determinantes para atacar o gargalo dos baixos níveis de produtividade. Aos jovens, a OMS indica que deve haver um acompanhamento para que concluam sua formação escolar e tenham direito à orientação vocacional e aos cursos preparatórios para a universidade. “Não há um incentivo para ir à escola. Crianças e professores são alvos frequentes de ações violentas. Não se trabalha a prevenção, pelo contrário, a escola é um dos ambientes mais hostis em termos de convivência”, diz Piscitelli, da UnB.

Segundo estudo da OMS, uma das ações mais eficientes para estimular a convivência familiar e prevenir a violência são as atividades na escola. Além disso, espaços de convivência na comunidade também são fundamentais para minimizar os delitos. Por fim, estimular a igualdade de gênero nas escolas também ajudaria a diminuir a incidência da violência doméstica. Outro gargalo do Brasil que afeta toda a sociedade é a deficiência nas fiscalizações. Fiscalizar a venda de bebidas alcoólicas a menores e monitorar a comercialização de armas de fogo também ajudariam a reverter o custo da violência no País. Um modelo que no início parecia promissor eram as UPPs implementadas no Rio de Janeiro. Mas no decorrer de sua atuação, diversas falhas foram observadas. “É preciso dar à população mais do que policiamento. As regiões mais carentes prescindem da presença do Estado. É importante oferecer serviços sociais, cidadania, saneamento e moradia”, diz Braga, do Ibmecc-RJ. “Isso minimiza atos de violência, o cidadão se sente mais participante, a criminalidade tem menos espaço para crescer e a economia pode, enfim, avançar.”

&

MATRIZ DE ENERGIA ELÉTRICA DIVERSIFICADA: DESAFIO PARA O BRASIL



A conquista da segurança energética possível com uma matriz diversificada e fontes de energia renováveis – a exemplo da biomassa, da eólica, da solar e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) – é a busca constante de grandes economias mundiais, inclusive do Brasil. Por produzirem uma energia limpa, sustentável e renovável, essas fontes são a aposta para a redução do uso de térmicas a carvão para atendimento da carga em situações de escassez do recurso hídrico, como a já enfrentada pelo Brasil entre 2013 e 2015. A hidroeletricidade ainda é a principal fonte de geração de energia do País.

Segundo o Plano Decenal de Expansão da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), a capacidade instalada da hidroeletricidade em dezembro de 2024 deverá ser da ordem de 117 gigawatts (GW), com 56,7% de participação na matriz elétrica. Já a eólica poderá deter uma fatia de 11,6%; a solar, de 3,3%; as PCHs, de 3,8%; a biomassa, de 8,7%; a nuclear, de 1,6%; e as usinas termelétricas, de 14,3%.

O estudo aponta ainda que, em razão dos impactos ambientais gerados para a instalação de reservatórios, o acréscimo da capacidade de armazenamento previsto é de apenas 2,6 GW nesse mesmo período, o que corresponde a aproximadamente 1% do total existente em 2015. Esse dado, segundo a EPE, traz alerta para a importância dos grandes reservatórios instalados na Região Sudeste/Centro-Oeste. Fundamentais para o funcionamento do Sistema Interligado Nacional (SIN), eles representam aproximadamente 70% da energia armazenada. As regiões Nordeste, Sul e Norte possuem, respectivamente, 18%, 7% e 5%. Ao quadro energético do Brasil, inclui-se ainda o crescimento do mercado em torno de 45%, ou seja, bem superior ao aumento da energia armazenável.

BONS VENTOS

Uma das principais apostas para manter a segurança energética são as fontes eólicas –

energia gerada pelo vento, que tem novos projetos sendo contratados pelo governo federal por meio de leilões. O 2º Leilão de Energia de Reserva de 2016, previsto para dezembro, visa às energias eólica e solar fotovoltaica. Juntas, elas terão prazo de suprimento de 20 anos e data para início do fornecimento em 1º de julho de 2019. Outro leilão, realizado em setembro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), contratou 30 projetos de geração com base em fonte hidrelétrica, 19 de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 11 de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). A energia total irá compor reserva de capacidade de geração, com prazo dos contratos de 30 anos e início de suprimento a partir de 1º de março de 2020. O investimento previsto é da ordem de R\$ 1,07 bilhão.

Contudo, para o leilão de dezembro, o Operador Nacional do Sistema (ONS) cancelou mais de 750 dos projetos que entrariam em disputa em razão de essas fontes sofrerem com problemas de falta de linhas de transmissão, o que para o presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Fapesp, José Goldemberg, não deve trazer impacto para a matriz energética. “Quando se ouve falar que 750 projetos foram cancelados, parece que é o fim do mundo, mas não é. Esses projetos são pequenos. Nos leilões, há muitos projetos pequenos competindo. Podemos considerar isso como um ‘solução’. O consumo está caindo por causa da crise econômica, o que leva a não precisar de tanta energia”, opina.

Para o especialista, a falta de linhas de transmissão é um problema sério, mas que ocorre em decorrência de erros técnicos. “Nos leilões anteriores, projetos sem exigência de investimentos das empresas nas linhas de transmissão foram aprovados. Agora, nos novos leilões, nenhum empreendimento será leiloadado caso não seja definido quem irá construir a linha. É um problema do passado que será corrigido daqui para frente”, aponta.

A Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) afirma que a nota técnica do ONS tem o objetivo de indicar a capacidade de transmissão para os projetos leiloados. Em passado recente, a indústria enfrentou graves problemas por parques prontos e não conectados a linhas de transmissão.



Sérgio Luiz da Silva, da Comgás. Companhia aposta na expansão do gás natural para a indústria e o comércio

Ainda que a contratação de parques eólicos no leilão de dezembro em outras regiões tenha sido mantida, a ABEEólica destaca que se trata de um indicativo de que uma política de investimentos em transmissão deve ser implantada para que a fonte possa continuar se expandindo. “O problema de transmissão é estrutural e atinge todo o setor elétrico brasileiro”, alerta a entidade.

Do último leilão com fonte eólica, ocorrido em 2015, para 2019 há garantidos 19 GW, que corresponderá em torno de 10% da matriz elétrica nacional. “O potencial eólico brasileiro é de 500 GW. Além de ser uma quantidade muito grande, é um potencial de altíssima qualidade, porque o Brasil possui um dos melhores ventos do mundo para produção de energia eólica. Essa característica do vento é por ele ser constante, forte, veloz e sem turbulências”, afirma a presidente-executiva da ABEEólica, Elbia Gannoum.

A primeira participação da energia eólica na matriz brasileira se deu em 2004. Elbia lembra que a demora em desenvolver essa fonte se deu pelo foco sempre ser muito dado às fontes hídricas. Por outro lado, elas foram responsáveis pelo *know-how* adquirido para desenvolver a energia pelo vento. “A eólica custava de três a quatro vezes mais do que a

hidroelétrica. Mais recentemente, quando o Brasil retomou os investimentos na fonte eólica, em 2009, esse custo era o dobro. Agora, está custando mais ou menos o mesmo preço da hidrelétrica. Atualmente, a eólica é a segunda fonte de energia mais barata do Brasil. O último valor contratado em leilão, em 2015, foi da ordem de R\$ 230”, conta, lembrando que a solar segue ainda como a mais cara, com seu MWh superior a R\$ 320.

O Brasil tem hoje 410 parques eólicos e 10,25 GW, figurando como o décimo país do mundo em capacidade instalada, segundo a ABEEólica. A China, os Estados Unidos e a Alemanha são os três com maior geração. “O maior potencial eólico brasileiro está no Nordeste e no Sul, com destaque para o Rio Grande do Sul. No Nordeste, todos os Estados têm potencial”, finaliza Elbia.

Segundo o professor José Goldemberg, no passado essas fontes de energia eram pouco competitivas. “Elas se tornaram competitivas nos últimos cinco anos. É como o preço dos automóveis, que teve seu custo reduzido quando começaram a ser produzidos em massa. Quando uma indústria nova é instalada, os produtos são caros, e à medida que aumenta o mercado, existe ganho de escala e o preço cai”, explica.

MATRIZ ELÉTRICA × GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

A fonte solar fotovoltaica também mostra ter potencial para complementar a matriz energética. Representando no momento apenas 0,01% da matriz, com 60 MW instalados, a expectativa é que chegue aos 7 mil MW em 2024, com participação de 4%, segundo a EPE. As principais instalações estão em edifícios, residências, comércios, indústria e meio rural, bem como em usinas de grande porte.

O Brasil também contempla o uso da energia gerada pela biomassa – por meio do bagaço da cana-de-açúcar, do cavaco de madeira, entre outros. Sua aplicação tem o nome de “geração distribuída”, que é a próxima ao ponto de consumo, sem o uso da rede de transmissão. Tal energia, além de utilizada pelo próprio gerador, pode ser conectada a uma rede de distribuição elétrica, sendo vendido o excedente gerado. Além de promover a preservação do meio ambiente por meio de uma fonte renovável e limpa, há redução do custo da energia, fator preponderante para ampliar sua aplicação em negócios.

O uso de fontes de energia renovável traz ainda mais uma vantagem: a chamada “coge-

ração”, um processo que permite gerar mais de uma fonte de energia com base em apenas uma, como exemplo da biomassa, que tem sua maior aplicação nos segmentos industriais sucroenergéticos. Nas grandes usinas de açúcar, por exemplo, o bagaço da cana ao ser queimado, produz vapor nas caldeiras usado no processo e também gera energia elétrica. No caso das usinas, elas podem vender esse excedente para a distribuidora da região, além de participar de leilões de energia e também vendê-lo para indústrias e comércios. Para o presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Newton Duarte, a sua adoção faz com que sejam evitadas novas linhas de transmissão e suas perdas no sistema, tornando os investimentos menores, além de criar confiabilidade para o sistema elétrico. O País conta hoje com cerca de 170 usinas que cogeram energia. Juntas, somam uma capacidade instalada de 11 mil MW, disponibilizando para o sistema elétrico brasileiro 5 mil MW, segundo a Cogen.

Enquanto a biomassa tem aplicação em um segmento mais específico, a micro e minigeração distribuída da solar fotovoltaica é bem diversificada. Os painéis solares são muito utilizados pelos setores de comércio e serviços, pela indústria e até mesmo em residências. Atualmente, são mais de 5 mil sistemas fotovoltaicos espalhados por todo o Brasil, segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Lopes Sauer. “Desses 5 mil sistemas, 79% são residenciais; 15% de comércio e serviços; e 6% industriais, Poder Público e meio rural”, completa.

Enquanto que a Alemanha possui 40 mil MW instalados de micro e minigeração distribuída, que representam três Itaipus, o Brasil tem nesse modelo apenas 47 MW, sendo 95% deles fotovoltaicos. A Itália conta com 18 mil MW instalados; a China, 32 mil MW; e os Estados Unidos, 28 mil MW, segundo dados da Cogen.

ABASTECIMENTO 100%

Outra fonte que vem ganhando escala na geração distribuída é o gás natural. Apesar de não ser renovável, é utilizada por ser limpa e constante. Ela difere da eólica e da solar fotovoltaica, que são intermitentes. O valor de seu MWh está em torno de R\$ 450, enquanto que a energia das distribuidoras chega a R\$ 700. Em

tempo de crise energética elétrica ou até mesmo falhas de distribuição e condições climáticas desfavoráveis, não há falta em sua oferta. A cogeração de energia a gás no Brasil está em torno de 16 GW de capacidade instalada, o que representa algo em torno de 11% da matriz elétrica, e 5% da energia gerada no País, de acordo com análise da Cogen.

A Comgás, maior distribuidora de gás natural do País detém uma infraestrutura de 14 mil quilômetros de rede e soma, anualmente, mais de 100 mil ligações em sua base. Entre elas estão estabelecimentos comerciais e até a planta automotiva da fábrica da Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP), que opera 100% a gás natural. Segundo a montadora, a cogeração de energia a gás garantiu as reduções do consumo de energia elétrica e, consequentemente, de custos. “O valor do KW gerado com gás natural é mais barato em relação à tarifa cobrada pela concessionária de energia elétrica. Além de contribuir para a preservação do meio ambiente, tornou-se também vantajoso para a fábrica. Como benefício também obtemos água nas temperaturas necessárias para os nossos processos fabris”, diz a empresa. A confiabilidade foi outro benefício obtido. “Mesmo com condições climáticas desfavoráveis, são raros

O BRASIL NÃO ESTÁ ATRÁS DOS DEMAIS PAÍSES NO DESENVOLVIMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, ESTÁ RAZOAVELMENTE BEM SITUADO

os problemas de abastecimento de energia a gás natural, o que garante segurança e o funcionamento das atividades”, completa.

No comércio, sua aplicação tem ocorrido em fornos, fritadeiras a gás, climatização, entre outras. “Sua utilização em fornos de pizza tem sido um dos destaques por manter uma chama contínua e uniforme, contribuindo para a qualidade do produto”, destaca o diretor comercial da Comgás, Sergio Luiz da Silva. A Comgás tem 1.617.327 clientes residenciais, 15.466 comerciais, 1.130 industriais, 26 projetos de cogeração e 271 postos de combustíveis com GNV.

Para o professor José Goldemberg, alavancar as fontes renováveis de energia no País vai depender da situação econômica. “Se ela melhorar, haverá mais demanda. Não vejo outra solução. O Brasil não está atrás dos demais países no desenvolvimento de energias renováveis, está razoavelmente bem situado”, afirma, destacando ainda o desenvolvimento tecnológico como mais um entrave ao seu desenvolvimento.

&

FECOMERCIOSP

*Empregador do Comércio,
aproveite esta oportunidade:*
**Planos de saúde
a partir de R\$ 207.¹**

Só a Qualicorp e a FECOMERCIO-SP oferecem inúmeras e excelentes alternativas para você escolher uma que atenda às suas necessidades. Líder de mercado, temos parceria com a FECOMERCIO-SP e mais de 470 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Opção, qualidade
e credibilidade.



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio





NACIME SALOMÃO MANSUR

O médico e gestor Nacime Salomão Mansur aponta os gargalos que precisam ser vencidos para melhorar o sistema brasileiro de saúde

entrevista SABINE RIGHETI | fotos ANDRE CARVALHO

Superintendente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), o médico Nacime Salomão Mansur acompanha de perto a linha de frente do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Com a proposta de promover a melhoria contínua nos serviços prestados pelo sistema brasileiro de saúde, a entidade foi fundada em 1933 e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina. Hoje, sua rede de afiliados tem 11 unidades hospitalares, 33 ambulatoriais e quatro farmácias de alto custo. Entre essas unidades estão o Hospital São Paulo e o Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ambos na capital paulista.

Tendo por base toda essa vivência na área, ele discorda do senso comum que diz que o sistema de saúde pública brasi-

leiro é ruim. E apresenta bons argumentos. Para começar, números que impressionam: dos 200 milhões de brasileiros, 150 milhões estão dentro do SUS. Ou seja, apenas 25% da população do País recorrem ao sistema privado. Segundo ele, desde a Constituição de 1988, avançamos nessa área com resultados expressivos. “Basta imaginar que o SUS faz desde vacina até transplantes com muita categoria e qualidade. Mesmo o sistema privado se utiliza dele para a alta complexidade”, observa Mansur. Entretanto, ainda temos muito para melhorar. Não se trata apenas da crônica falta de verbas. Segundo ele, melhorar a gestão para potencializar os recursos disponíveis é essencial. Essas e outras considerações estão nesta entrevista concedida à plataforma UM BRASIL e divulgada com exclusividade à **Problemas Brasileiros**.

Por que nosso Sistema Único de Saúde (SUS) tem uma imagem tão ruim?

O que fica sempre é uma impressão daquele pronto-socorro que tem a maca, como se ele fosse o parâmetro único para se avaliar o sistema de saúde. O SUS brasileiro está num caminho correto, mas pode melhorar. Ele tem uma dificuldade importante de financiamento. O Brasil gasta muito pouco nessa área. Menos do que Chile e Argentina. É o 147º colocado em gasto per capita no mundo. E o investimento público no setor ainda é menor do que o privado. Fora isso, há vários outros fatores que interferem: desigualdade social, alguns fenômenos recentes de judicialização, trauma e violência interpessoal, além dos agravos da transição epidemiológica e da transição demográfica, como as doenças crônicas. Ainda assim, o SUS tem resultados expressivos.

De que forma as questões socioeconômicas afetam o sistema de saúde?

Um bom exemplo são os casos de trauma cranioencefálico decorrentes de acidente envolvendo motociclista. Nos últimos dez anos, isso aumentou 800%. Anualmente, morrem cerca de 40 mil pessoas por acidente de moto no País, e o SUS tem um gasto de R\$ 200 milhões com esse tipo de paciente. Entre os que chegam ao sistema, somente 10% apresentam problemas relacionados a condicionantes de saúde. Nos demais casos, 50% têm relação com o estilo de vida, 20% com o meio ambiente e 20% com aspectos biológicos da pessoa. É quem fuma, quem vai se tornar diabético, quem será hipertenso, um indivíduo que mora num lugar que não há saneamento básico... É uma vergonha nacional, não é possível imaginar que ainda tenhamos 50% da população sem cobertura de saneamento básico. É clássico dizer que a cada um real que se investe em saneamento, voltam quatro na saúde.

No País, as políticas públicas ligadas a desenvolvimento de cidades, saneamento, educação, entre outras, “conversam” com as de saúde?

Muito pouco, apesar de todo o movimento da saúde apontar para a necessidade de se



O Brasil gasta muito pouco na área da saúde. Menos do que Chile e Argentina. É o 147º colocado em gasto per capita no mundo

compreender o tema por esse mecanismo intersetorial. O profissional de saúde tem a sua técnica, mas ele precisa conhecer todos os determinantes, o fato de o indivíduo morar em condição insalubre, viver num local sem esgotamento, ter um trabalho em más condições. Basta ver o caso do tabaco. A queda no uso teve impacto na mortalidade dos brasileiros. Isso foi um dos avanços que se conseguiu com a proibição de cigarro em locais fechados, mas ainda morrem 47 brasileiros por dia pelo uso abusivo de álcool. Tudo isso acaba diretamente repercutindo dentro do sistema de saúde. É preciso haver esse entendimento de uma política ampla, no sentido de que a saúde deve abarcar todos e que deve haver um diálogo permanente. Em Taboão da Serra (SP), por exemplo, um hospital identificou que havia uma quantidade de pessoas atropeladas num determinado cruzamento de rua. O Poder Público foi lá, pôs um semáforo e reduziu as ocorrências a quase zero.

Como é possível resolver a questão da falta de dinheiro para a saúde?

Continuaremos lutando pelo recurso, mas é fundamental ganhar produtividade com o que se tem. Daí a necessidade de melhorar a gestão do sistema, a gerência das unidades de saúde, a governança do SUS. É preciso criar mecanismos de inter-relação entre os sistemas público e privado. Temos de encontrar sinergia entre ambos para diminuir custo, aumentar a escala de serviço e, com isso, ofertar mais, ganhando produtividade.

O que precisa ser levado em conta na questão da governança?

No Brasil, temos um pacto federativo entre União, Estados e municípios. Brigamos muito pela municipalização da saúde. Ela é correta quando se atribui ao município a função de cuidar da atenção básica para inverter o modelo hospitalocêntrico. O pacto federativo dá autonomia para cada esfera de governo, e, de acordo com a Constituição, precisa estabelecer uma relação harmônica. Mas isso não ocorre porque, se quiser, o prefeito coloca um

tomógrafo na sua cidade com ou sem necessidade. Precisamos regionalizar, porque não dá para ter tomógrafo em cada esquina. O Brasil tem mais de 5,55 mil municípios. Cada um converge para um lado, o que, para a saúde, é ruim. Então, se não houver mecanismo para se organizar em rede, regionalizar a saúde, deixaremos de ter escala.

Como é possível fazer a regionalização da saúde?

Evidentemente que temos de caminhar dentro do próprio Estado, com as políticas de territorialização. Na saúde, é preciso ganhar escala e produtividade para poder continuar ofertando mais serviços e atenção. Hoje, 70% do gasto público no SUS são com hospitais. O complexo nacional de hospitais é absolutamente ineficiente por uma questão estrutural: 80% têm menos de cem leitos, e 70% deles têm menos de 50 leitos. Na Inglaterra, 64% dos hospitais têm mais de 300 leitos, e o sistema público inglês, o NHS, contrata em torno de 91% dos leitos em hospitais acima de 200 leitos. Por quê? Porque entre cem e 450 leitos, há economia de escala, o que não ocorre com hospitais muito pequenos.

E por que há tantos hospitais pequenos?

Qual o município que abre mão de ter o seu hospital, mesmo que seja nessas condições? Isso é um anseio dessa sociedade medicalizada em que vivemos. Mas se não conseguirmos resolver essa escala, não ganharemos dinâmica e produtividade. É preciso fazer gestão do sistema, que é a questão das redes, ter as linhas de cuidado. O indivíduo diabético identificado numa unidade básica de saúde precisa ter um caminho definido dentro do sistema. Tem de fazer um exame mais sofisticado? Ele precisa ter um hospital de referência, que o mandará para um terciário se a situação for mais complicada. Deve-se ter essa rede assistencial para não fragmentar o cuidado. Com um quadro mais organizado, não é preciso ter tantos hospitais com ressonância. O indivíduo que está lá na ponta, mesmo distante, e precisa de

um exame mais sofisticado, vai para um local mais regional. Diminui-se o gasto total do sistema.

Como é possível garantir qualidade na assistência básica?

A experiência de São Paulo tem sido interessante porque dividiu a cidade em territórios, cada um com 400, 600 mil vidas. Cada território é destinado a uma das chamadas “organizações sociais de saúde”, um modelo em que o Estado permite que um ente privado sem fins lucrativos seja qualificado como organização social e passe a receber bens e serviços. Não é terceirização, é uma delegação de função. A definição de políticas públicas é da Secretaria Municipal de Saúde e, portanto, do ente estatal. Mas ganha-se capacidade gerencial quando tem essas organizações que podem contratar via CLT, que não precisam fazer licitação. Quando essas amarras são eliminadas, consegue-se fazer uma gestão muito melhor.

Por que esse modelo é polêmico?

Quando ele surgiu, alguns grupos – particularmente os ligados aos sindicatos – fizeram uma campanha muito forte contra, traduzindo isso como uma terceirização, Estado mínimo, neoliberal. Ao contrário, o Estado é forte porque ganha capacidade de regulação e de controle. E existe um parceiro do terceiro setor, que é onde (acredito) isso deva caminhar. Num cenário de baixo financiamento é preciso ter essas ferramentas de gestão. A qualidade do atendimento ao usuário é muito melhor do que a da administração direta com ferramentas gerenciais que não se tinha dentro do SUS e que são aplicadas nos hospitais privados mais famosos, como o Sírio [Libanês] e o [Albert] Einstein. Consegue-se produzir mais com o mesmo dinheiro e, claro, reforça-se o SUS.

Esse modelo consegue fortalecer a ideia da saúde básica e evitar que as pessoas corram para o hospital ou para o especialista quando sentem qualquer dor?

Acho que essa questão da sociedade mais medicalizada é uma coisa que precisamos



“Na saúde, é preciso ganhar escala e produtividade para poder continuar ofertando mais serviços e atenção”

”
 É uma vergonha nacional. Não é possível imaginar que ainda tenhamos 50% da população sem cobertura de saneamento básico

discutir. O consumo médio de produtos farmacêuticos, de 2006 até agora, aumentou mais de 800%. Por quê? Porque há essa lógica: a pessoa corre ao pronto-socorro. Hoje [no pronto-socorro], existe uma classificação de risco por cor que identifica o indivíduo mais grave. Os mais graves, classificados como vermelho e amarelo, dão 10%, 12%. A maioria não deveria estar ali por “n” razões. Aí são criadas essas AMAS e UPAS que também fazem um atendimento de baixíssima qualificação técnica e de muito pouca resolução. Gasta-se uma fortuna nesse pronto atendimento, que cuida de casos simples que nem deveriam estar ali. Como se faz a inversão desse modelo? Primeiro, precisamos discutir isso. Colocar a responsabilidade do cidadão também. Se uma consulta está marcada, ele não pode faltar. O índice de absenteísmo dentro do sistema é absurdo – em algumas unidades é de 20%, 30%. Precisamos discutir essa questão de toda hora se buscar o especialista. Em outros países, a porta de acesso ao sistema é a unidade básica, aqui também já definimos isso há muito tempo. O que acontece? Há dificuldade de fixar o profissional. São locais de difícil acesso e, muitas vezes, com alto índice de violência contra os profissionais de saúde. Por não ter uma política de valorização da atenção básica, particularmente em relação ao médico, esse profissional prefere trabalhar dando plantões de 12 horas nos prontos-socorros a ir todo dia a um lugar longe, com pouquíssimos recursos para trabalhar.

Ou seja, o médico prefere ser um especialista numa região central...

Claro. A sociedade valoriza o especialista. Aquele indivíduo que prefere trabalhar na atenção básica normalmente é um clínico que, às vezes, nem fez residência, quando devia ser o contrário. Em alguns países, como a Espanha, ele deve ter quatro anos de residência. É preciso que a atenção básica também avance nos seus mecanismos de proatividade. Precisamos classificar e entender essa população que está adstrita à unidade básica de saúde. Saber que ali tem tantos hipertensos, diabéticos, um indivíduo que é acamado, e focar a ação naqueles que mais precisam.

Além da melhoria na gestão, o que mais podemos fazer para a saúde do brasileiro?

Prevenção. Como podemos orientar o doente? Exercício físico, alimentação saudável e não fumar. Com isso, os agravos à saúde já diminuiriam enormemente. Essa visão, ainda de atenção básica, está muito aquém do necessário. Às vezes, as prefeituras gastam com ambulatório de especialidade. Deve existir, mas, claro, a atenção básica tem que ser muito mais resolutive.

Como estamos no que se refere à formação de profissionais da área médica?

Temos ainda uma dificuldade importante. A abertura indiscriminada de escola médica é um dos maiores erros que podemos cometer com a saúde. Hoje, o Brasil tem 270 e poucas escolas médicas e, recentemente, permitiram mais 32 (14 no Estado de São Paulo). Temos mais escolas médicas do que a China, que possui uma população seis vezes maior do que a do Brasil. O Conselho Regional de Medicina (CRM) de São Paulo tem um exame simples de múltipla escolha para testar o conhecimento, mas que não é obrigatório. No último, 60% foram reprovados. O médico que não tem uma formação adequada, vai ficar 40, 50 anos impactando dentro do sistema. Ele pede mais exames que nem sempre são necessários porque é inseguro. Claro que a residência supre uma parcela disso. Mas nem todos a fazem. Até recentemente, mais de 50% (hoje um pouco menos) não faziam residência. Se for trabalhado na atenção básica só o conhecimento de seis anos de Medicina, não terá capacidade de entender aquele doente, de criar uma relação entre médico e paciente adequada e muito menos de estar inserido no sistema, pensando, elaborando e criando mecanismos inovadores de gestão.

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

O material está disponível gratuitamente para meios acadêmicos, instituições, fundações e outras organizações que desejem promover e aprofundar a discussão sobre o Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



&

A AS URNAS E SUAS MENSAGENS

Eleições transmitem recados, a despeito da crise da democracia representativa. Apesar de as análises políticas se concentrarem em Brasília, os pleitos municipais, que dizem muito sobre o País, trouxeram quatro mensagens.

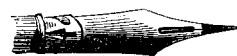
A primeira está associada à confusão jurídica. Três reformas políticas se misturaram. Aos resquícios das transformações de dezembro de 2013 – cujos principais pontos estavam associados à restrição de propaganda, com o fim de cavaletes, bonecões e carros envelopados –, somaram-se duas alterações profundas. Uma delas é a reforma da “Era Cunha”, uma colcha de retalhos que encurtou o tempo de filiação partidária, reduziu a campanha, atrofiou a exposição no rádio e na TV e transformou a eleição num segredo. Quando finalmente prestamos atenção, já estávamos em setembro. Adicionalmente, a decisão da Justiça sobre o fim das doações empresariais (sem que isso tenha sido feito sob a forma de legislação) arrancou sem planejamento e debate um elemento que sustentava o sistema – não avaliando o mérito da decisão. A consequência era esperada: atos ilícitos e imorais de captação de recursos continuam vivos em novas roupagens. A mistura de todas essas transformações ofertou insegurança e reascendeu o debate sobre a reforma política. Que reforma?

&

A segunda mensagem está associada a uma queda significativa da esquerda no Brasil – a direita ganha espaço em movimento que sugere lógica cíclica. O fenômeno foi simbolizado prioritariamente pelo PT. Cerca de 20% dos prefeitos eleitos pela legenda em 2012 já haviam abandonado o partido. Mais adiante, seu total de candidatos e a presença nas cidades caíram vertiginosamente, e como resultado, os petistas elegeram apenas 40% do volume de prefeitos da última eleição. Adensa a derrocada o fato de ter ganhado apenas uma capital (Rio Branco), a única das 92 cidades com mais de 200 mil eleitores do País que controlará a partir de 2017. Em 2012, o PT havia sido a segunda colocada nesse ranking, atrás apenas do PSDB.

E os tucanos trazem a terceira mensagem das eleições. Foram os grandes vitoriosos. Tudo bem que o PMDB, desde a década de 1990, mantém a tradição de fazer mais de mil prefeitos, algo que em tempos recentes só o PFL conseguiu, em 2000. Mas o PSDB ganhou capitais expressivas, fez quase 30 cidades de mais de 200 mil eleitores e comandará quase um quarto dos cidadãos e uma fatia portentosa da soma dos orçamentos municipais. A notícia seria ótima para o partido se a economia não atravessasse instante tão delicado, e se conseguisse converter tal vitória em unidade interna para as eleições de 2018. Não é o que ocorre. O partido ataca suas rixas domésticas, e até mesmo sua mais importante vitória pode ser questionada.

Quem ganhou a eleição no primeiro turno em São Paulo? Dentro do PSDB, o candidato do governo paulista saiu fortalecido. Mas, externamente, venceu a antipolítica. Tal manifestação se mostrou extremamente forte em dupla direção. Para além de eleitores que votaram nos “não políticos” em uma série de cidades, as taxas de abstenção, votos nulos e brancos foram acentuadas. Nesses casos, é necessário atenção com os dados. As ausências são maiores onde o cadastro da Justiça é mais antigo. E os votos nulos são excessivos porque o menor tempo de campanha não permitiu a essa Justiça julgar todos os processos. Assim, muitos votos dados a candidatos foram somados como nulos. A despeito de tal fato, o tempo dirá o tamanho do verdadeiro afastamento, que é grande, crescente e preocupante.



HUMBERTO DANTAS

é doutor em Ciência Política, associado da 4E Consultoria e membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política, da FecomercioSP



FAÇA MAIS. FAÇA SENAC.

CONFIRA AS ÁREAS EM QUE
O SENAC ATUA E PROCURE
A UNIDADE MAIS PRÓXIMA
PARA FAZER A SUA INSCRIÇÃO.

CURSOS NAS ÁREAS DE:

- Arquitetura e Urbanismo
- Comunicação e Artes
- Desenvolvimento Social
- Design
- Educação
- Eventos e Lazer
- Gastronomia
- Gestão e Negócios
- Hotelaria e Turismo
- Idiomas
- Limpeza, Conservação e Zeladoria
- Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho
- Moda
- Saúde e Bem-Estar
- Tecnologia da Informação

Conheça nossa política de bolsas em www.sp.senac.br/cursosgratuitos.

CAPITAIS E REGIÕES
METROPOLITANAS: 4090-1030
DEMAIS REGIÕES: 0800 883 2000
www.sp.senac.br



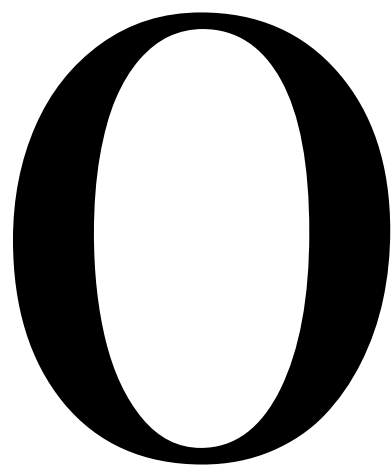
APRENDIZADO E CONHECIMENTO PARA SEMPRE.



REFORMA DO ENSINO MÉDIO: POLÊMICA E NECESSÁRIA

O Brasil tem, hoje, aproximadamente 8 milhões de estudantes no ensino médio, nas redes pública e privada. Deveria ter mais: o País tem 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola. Quem deixa a sala de aula diz que a escola é desconectada da realidade. Quem fica, tem baixo desempenho em provas nacionais. Agora, o governo anunciou uma reforma específica para o nível médio. Entre os especialistas, unanimidade: a última etapa da educação básica nacional precisa de mudanças com urgência.

texto SABINE RIGHETTI



O ensino está em pauta no País. Recentemente, o Brasil viu estudantes da última etapa da educação básica insatisfeitos ocuparem suas escolas em sinal de protesto; anunciou uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com conteúdo mínimo que deve ser ensinado nas instituições; e lançou uma reforma específica para o nível médio que amplia carga horária e diversifica as disciplinas dos adolescentes na escola. Alunos, pais, especialistas e o próprio governo divergem sobre o que e como deve mudar. Há, no entanto, uma unanimidade: esse ensino precisa de mudanças com urgência.

O Brasil tem, hoje, em torno de 8 milhões de estudantes matriculados no ensino médio, nas redes pública (87,5% dos alunos) e privada (12,5%), de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC). Deveriam existir muito mais estudantes. Dados oficiais mostram que o País registra 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola. Isso significa que 16% da população nessa faixa etária, que precisaria estar no ensino médio, nem sequer estão estudando. Mais: um em cada dois brasileiros que começam o primeiro ano da educação básica não termina a escola. Metade fica pelo caminho.

De quem desiste da sala de aula, o argumento mais recorrente gira em torno da ideia de que a escola é “chata e desconectada da realidade”. Hoje, o ensino médio no Brasil é composto por 13 disciplinas, como física, português e matemática. As aulas têm professores diferentes – em um modelo que começa no ensino fundamental 2 (que vai do sexto ao nono ano) e se mantém no médio. O problema é que os alunos acabam não conseguindo criar vínculos com os professores e as disciplinas, tampouco estabelecem relações entre os cursos – o que é ensinado em história é completamente alheio à matéria de geografia, por exemplo.

“A ideia de oferecer 13 disciplinas no ensino médio para formar o cidadão completo, crítico e emancipado é ótima. Mas tenho certeza que o próprio Paulo Freire [*educador e filósofo brasileiro*] nos diria que para formar um cidadão crítico não precisamos ‘depositar’ em sua cabeça conhecimentos de 13 disciplinas”, diz um dos principais especialistas em inovações aplicadas à educação no mundo, Paulo Blikstein, da Universidade Stanford (EUA), umas das melhores do mundo de acordo com rankings internacionais.

De acordo com Blikstein, qualquer disciplina ensinada uma hora por semana – como acontece hoje em dia no Brasil – tem poucas chances de fazer a diferença. “A boa intenção de se oferecer uma formação completa esbarra na impossibilidade de se ter um número razoável de horas semanais para cada uma delas, o que na prática acaba, perversamente, privando os alunos de uma formação aprofundada”, diz. “O que garante a formação completa do cidadão não é a quantidade de conteúdo depositado, mas a qualidade e a forma como ele é ensinado.”

DIVERSIFICADO E FLEXÍVEL

O excesso de disciplinas é um dos pontos principais da reforma do ensino médio, anunciada em setembro por meio de uma medida provisória (MP) pelo governo federal. É a maior mudança já feita na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que traz o marco legal da educação nacional. A proposta da reforma basicamente contempla três eixos: flexibilização curricular, transição para um sistema de tempo integral e alternativa de profissionalização (ensino técnico) para os estudantes.

O projeto gerou debates acalorados em todo o território nacional, principalmente pelo fato de ser implementado via medida provisória – uma tentativa de acelerar a tramitação da mudança, já que as MPs têm de ser aprovadas no Congresso em até 120 dias. Como foi lançada em setembro de 2016, a MP da reforma do ensino médio deve ser aprovada até janeiro de 2017. “Estamos tentando mudar a educação do Brasil, não tem mais como ficar empurrando esse problema com a barriga”, diz o secretário de educação básica do MEC, Rossieli Soares da Silva. “A reforma do ensino médio é fundamental, e está muito distante da realidade. O que a lei faz é abrir as possibilidades.”

Para quem critica a proposta, um dos problemas é que “lei não resolve educação”, como tem dito a fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz. “Uma lei sem suporte nenhum não resolve nada porque não há apoio suficiente”, diz. Por outro lado, o projeto também recebe elogios: “Se trabalhados adequadamente, poderão representar avanços significativos”, diz o matemático

CRONOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

1996 – LDB trata da educação nacional, incluindo ensino médio. Traz as quatro grandes áreas do conhecimento na educação: linguagens, matemática, ciências da natureza e/ou ciências humanas

1998 – Enem surge com o objetivo de avaliar os estudantes nessa etapa de ensino

2007 – Ideb criado pelo MEC para avaliar a qualidade do ensino no País, incluindo o ensino médio. É calculado com base na taxa de aprovação escolar e nas notas dos alunos em português e matemática

2009 – Enem é reformulado e passa a trabalhar com base nas quatro matrizes da LDB; nota no exame passa a valer em processo seletivo de instituições de ensino superior

2014 – PNE traz metas para dez anos para o ensino médio; proposta é aumentar ensino integral de 6% das matrículas para 25% até 2024

2015 – BNCC anunciada pelo governo federal entra em discussão

2015 – estudantes começam a ocupar escolas estaduais de São Paulo contra uma proposta de reorganização que incluía fechamento de instituições; movimento se espalha pelo território nacional

2016 – reforma do ensino médio anunciada por meio de medida provisória

Renato Pedrosa, do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um dos responsáveis pela implantação das políticas de ação afirmativa naquela universidade.

A proposta do governo é “substituir” as 13 disciplinas fixas pelas quatro grandes áreas do conhecimento que surgiram na LDB, passando a integrar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2009 e que guiam a BNCC: linguagens, matemática, ciências da natureza e/ou ciências humanas, além da “área” do ensino técnico. Na prática, o aluno terá língua portuguesa e matemática nos três anos do ensino médio como disciplinas obrigatórias e poderá desenhar o trajeto escolar que pretende fazer, diz Maria Helena Guimarães de Castro, secretária-executiva do MEC. “Essa é uma tendência mundial em relação a currículo”, diz Castro. Além disso, educação física e artes deixam de ser obrigatórias, como definia a LDB, e passam a ser disciplinas eletivas.

MAIS AULAS

Para Pedrosa, da Unicamp, no entanto, mudar a grade não adianta se a infraestrutura se mantiver ruim: “É necessário um esforço sistemático e bem orientado por parte dos responsáveis em prover as escolas estaduais de ensino médio e seus profissionais de condições adequadas, tanto em infraestrutura como em orientação da gestão escolar. A qualidade da administração e o modo como gestores e professores atuam nas escolas têm papel central nos resultados educacionais”.

A ampliação gradual das 800 horas anuais para 1,4 mil horas/ano no ensino médio, como prevê a reforma dessa etapa, também tem causado comoção. Hoje, somente 6% das matrículas do ensino médio são em tempo integral no Brasil. O país já ensaiava aumentar a quantidade de horas de crianças e jovens na sala de aula: a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), implementado em 2014, é chegar a 25% dos alunos nessa etapa de ensino na modalidade integral até 2024.

Mais horas na escola pode ajudar a resolver evasão, especialmente de quem, hoje, escolhe estudar à noite, mesmo que não trabalhe durante o dia. “O baixo nível de conclusão do ensino médio decorre em boa parte das altas taxas de abandono por parte dos alunos que cursam em período noturno, que é três vezes maior do que a média de abandono no período diurno”, diz Renato Pedrosa. O problema é que não adianta oferecer mais aulas se elas forem ruins, chatas ou desconectadas da realidade dos alunos. Por isso, é fundamental mexer no currículo do ensino médio, outro debate em andamento.

CURRÍCULO COMUM

O governo federal já apresentou, desde 2015, duas versões da BNCC, proposta que traz conteúdos mínimos a serem ensinados nas escolas públicas em quatro grandes áreas do conhecimento – as mesmas que surgem na LDB e que valem para o Enem. Agora, uma parte da terceira versão do documento, que contempla a base curricular dos ensinos infantil e fundamental, deve ser encaminhada em dezembro de 2016 ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que, de acordo com Soares da Silva, do MEC, tratará de ouvir a sociedade por meio de audiências públicas ao longo do primeiro semestre de 2017.

A base curricular do ensino médio, no entanto, deve seguir para o CNE mais tarde. A ideia é concluí-la somente após a votação da MP da reforma, que deve acontecer até janeiro de 2017. “A base precisa ser definida com base nessa reforma. Se eu defino agora a base, como vou flexibilizá-la depois?”, diz o secretário. Pelo cronograma, a parte correspondente ao médio da BNCC deve seguir para o CNE no fim do primeiro semestre de 2017, que começará as audiências públicas na sequência. Isso significa que, na prática, as mudanças nas escolas que oferecem nível médio devem começar somente em 2019.

“O fato é que a reforma é urgente. Os dados da educação são muito ruins, não tem nada que indique uma melhora. Não dá para comemorar que a maior nota do ensino médio do País no Ideb seja 3,9 pontos em São Paulo”, diz Soares da Silva. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 pelo MEC para avaliar a qualidade do ensino nacional, é calculado com base na taxa de aprovação escolar e nas notas dos alunos em português e matemática. Desde que foi implementado, o índice mostra que as notas dos alunos caem conforme o ano escolar avança. Ou seja: o ensino médio concentra as piores notas de todas as etapas da educação básica nacional. De acordo com os últimos dados divulgados, o Ideb de 2015 ficou com média nacional de 3,7 pontos – 0,6 ponto abaixo da meta.

LONGA DATA

Há pelo menos duas décadas, o governo tenta entender o que acontece no ensino médio e como é possível corrigir as falhas. Foi com esse objetivo, aliás, que surgiu o Enem, em 1998. A ideia inicial da prova era se debruçar sobre o desempenho dos alunos para mapear incorreções e, então, criar políticas públicas na área. O Enem acabou se tornando mais recentemente uma espécie de vestibular nacional; atualmente, sua nota é usada como processo seletivo em universidades federais e em parte das estaduais (como a USP) e particulares (como a FGV-SP).

Escolas de elite espalhadas pelo País têm trabalhado com foco no exame há alguns anos. Caso do Sistema Ari de Sá, de Fortaleza (Ceará): os dados do Enem de 2015 mostram que o Colégio Ari de Sá – Aldeota está entre os melhores do Nordeste e entre os cem melhores do Brasil, em um universo de quase 15 mil escolas avaliadas. Os alunos do ensino médio do Aldeota fizeram uma média de 666 pontos na avaliação, nota suficiente para entrar nas melhores universidades do território nacional.

“Quando o Enem foi adotado como forma de ingresso para a maioria das instituições públicas de ensino, fizemos um grande esfor-

“O QUE GARANTE A FORMAÇÃO COMPLETA DO CIDADÃO NÃO É A QUANTIDADE DE CONTEÚDO DEPOSITADO, MAS A QUALIDADE E A FORMA DE COMO ELE É ENSINADO”

PAULO BLIKSTEIN, Universidade Stanford (EUA)



ço no treinamento e na capacitação dos professores para a nova realidade”, diz o diretor de ensino do Ari de Sá, Marcos André Tomáz Lima. “Tivemos de fazer adaptações nas elaborações de itens, na concepção pedagógica e na divisão dos conteúdos baseada nas novas matrizes de referência, com o objetivo de ampliar e evidenciar os objetos de conhecimento avaliados.”

Na prática, sem uma matriz curricular definida, as escolas particulares que oferecem ensino médio acabam se baseando nos sistemas de avaliação para definir os seus currículos. As redes estaduais, por sua vez, têm currículos próprios: as diretrizes do ensino médio das escolas estaduais paulistas, por exemplo, seguem o que é cobrado na Fuvest, exame de ingresso da USP.

ESCOLAS OCUPADAS

Não é só com o Enem ou o vestibular, no entanto, que se preocupam os alunos do nível médio. Episódios recentes têm mostrado que os alunos desta nova geração estão mais dispostos a participar da gestão de seus colégios. Isso ficou claro durante as ocupações de escolas públicas paulistas no fim de 2015 por estudantes que protestaram contra uma reorganização escolar proposta pelo Governo do Estado de São Paulo. O barulho foi tão grande que o então secretário de educação acabou perdendo o posto. O novo chefe da pasta, José Renato Nalini, entrou em janeiro de 2016 com uma proposta de estimular a criação de grêmios (uma forma de incentivar a participação dos estudantes na administração das escolas).

Na Escola Estadual Maria José (centro de São Paulo), que tem um dos grêmios mais ativos segundo a União dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (Umes), por exemplo, os alunos que integram a agremiação estudantil fazem debates políticos, eventos esportivos e festas. No fechamento desta reportagem, a presidente do grêmio, Karolaine Waleska, 16, estava tratando de organizar o Halloween da Mazé, como é apelidada a escola.

A participação dos estudantes no ambiente escolar, inclusive como “protagonistas do seu percurso”, como prega o ministro Mendonça Filho (MEC) ao defender a reforma do ensino

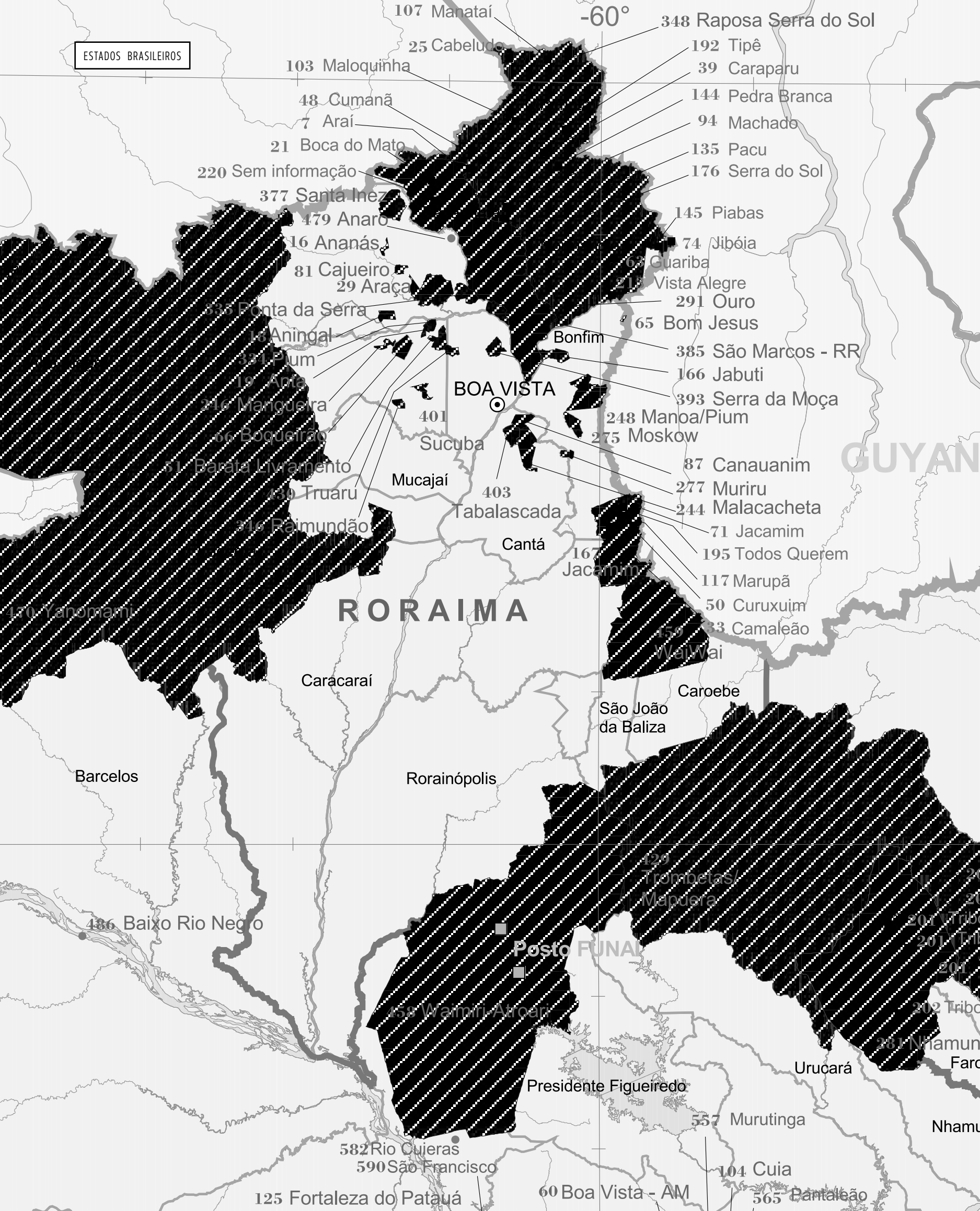


Alunos da Escola Estadual Maria José: participação ativa nos assuntos estudantis

médio, pode, sim, ser um caminho para segurar os estudantes na sala de aula e melhorar o seu desempenho acadêmico. As ocupações das escolas, especialmente por alunos do nível médio, no entanto, parecem estar ganhando ainda mais força. “Isso vem do exemplo da mobilização no ano passado, que gerou um efeito politizado. Em várias escolas de ensino médio no Brasil se discute o que ocorreu em 2015”, diz o especialista em políticas públicas Fernando Abrucio, da FGV-SP.

Agora, estudantes de todo o País ocupam escolas públicas contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que determina um teto nos gastos de educação e saúde, por exemplo. A medida está tramitando no Congresso. “Isso foi algo que ‘viralizou’, um fenômeno típico das redes sociais”, completa Abrucio. Até o fechamento desta edição, o Brasil contabilizava, de acordo com levantamento divulgado pelas União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), cerca de 1,2 mil unidades de ensino ocupadas (escolas, universidades, institutos federais e núcleos regionais de educação).

&



Mapa - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

RORAIMA APOSTA NO AGRONEGÓCIO PARA PROSPERAR

O Estado com o menor Produto Interno Bruto (PIB) do País começou a despontar nos últimos anos como uma fronteira agrícola promissora, principalmente pelo plantio da soja. Para se firmar nesse rumo, porém, precisa vencer problemas estruturais. É necessário aprimorar os meios de escoamento da safra para os mercados nacional e internacional e enfrentar o desafio da integração ao Sistema Nacional de Energia Elétrica.

texto FABIOLA PEREZ

E

Entitulado como *Joia do Norte*, Roraima começou a despontar no cenário nacional há quatro ou cinco anos por seu desempenho no agronegócio. O Estado se destaca pelos cultivos de arroz, algodão, milho, feijão e frutas – como banana, melancia, laranja e limão. Mas a estrela da lavoura é a soja. São 25 mil hectares de terras plantados, e a projeção do governo estadual é chegar a 100 mil hectares até 2018. Condições geográficas favoráveis para alcançar essa meta não faltam. Segundo especialistas, a produção agrícola roraimense é beneficiada pela quantidade ímpar de sol, que chega a 12 horas por dia, o que permite ganhos em qualidade e quantidade. Essa exposição faz com que a semente da soja tenha mais óleo e mais proteína do que a cultivada em outras regiões. Também permite que o Estado consiga produzir três vezes mais do que outros concorrentes nacionais.

Detalhes como esses alimentam as perspectivas otimistas. “Colhemos 75 mil toneladas de soja neste ano e nos próximos devemos chegar a 150 mil. Essa taxa de crescimento constante é muito importante para a economia do Estado”, diz o secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, Alexandre Henklain. O progresso nesse cultivo ajuda a alavancar outra frente do agronegócio. Isso porque, além de mandar soja para fora das fronteiras roraimenses, o volume produzido permite utilizar uma parte para alimentar bovinos, aves e peixes. “É um avanço, teremos rações produzidas aqui, baixando o custo e aumentando a competitividade”, afirma Henklain. A pecuária, por sua vez, também cresceu. Hoje, são um milhão de cabeças de gado em todo o território em função das políticas desenvolvidas para melhorar a qualidade do solo e das pastagens.

Esses fatores colocam o Estado do extremo norte do País como um modelo de negócio atraente para investidores nacionais e internacionais. Antes de se firmar como tal, porém, será preciso enfrentar desafios logísticos para melhorar a chegada de insumos, equipamentos e, especialmente, de energia elétrica, já que essa é a única unidade federativa brasileira que ainda depende da energia gerada na Venezuela e das termoelétricas.

COMPETITIVIDADE GEOGRÁFICA

Na década de 1990, a mola propulsora dos negócios em Roraima era basicamente o garimpo. Essa atividade, assim como a pecuária, gerou uma ampla expansão populacional e hoje o Estado já ultrapassa a marca de 500 mil habitantes. A agricultura é uma atividade que prosperou nos últimos anos. Para avançar na estratégia de expansão do agronegócio, Roraima conta com alguns diferenciais. Um deles é a proximidade de sua capital, Boa Vista, com a capital do Amazonas. A distância de 780 quilômetros faz com que Manaus seja considerado um importante mercado consumidor. “É uma cidade com bom poder aquisitivo, que compra de fora tudo o que consome”, diz o secretário. No que se refere às vendas para o mercado internacional, Roraima também possui uma localização estratégica. A unidade federativa faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana e pode abastecer esses países com produtos nacionais. O primeiro tem um mercado consumidor de 30 milhões de pessoas – muito embora, no momento, passe por dificuldades econômicas, o que inclusive tem gerado grande fluxo migratório de venezuelanos que entram em Roraima para fugir da crise e em busca de comida, trabalho e atendimento médico. Do lado da Guiana, o mercado consumidor é composto por um milhão de habitantes.

A meta ousada é consolidar uma nova matriz econômica para o Estado. Para isso, etapas importantes ainda precisam ser percorridas. “Queremos enxugar a máquina pública e, com esse incremento, aumentar a arrecadação de impostos para recuperar a capacidade de Roraima de atrair investimentos”, planeja Henklain. Para isso, é necessário pensar em infraestrutura, estudos de viabilidade do solo e, principalmente, atrair a indústria de transformação.

Do ponto de vista logístico, há uma estrada que liga Boa Vista à Venezuela. Além disso, a produção escoada pelo norte por meio do porto fluvial Ordas, a 800 quilômetros da capital venezuelana, e três portos marítimos – Guanta, La Guaira e Puerto Cabello –, todos a aproximadamente 1,5 mil quilômetros de Boa Vista. Pelo sul, o Porto de Itaqui, no Rio Amazonas, é responsável pela saída dos produtos comercializados. Para desenvolver ainda mais as atividades econômicas do Estado, há uma terceira saída, a leste, pela Guiana. Entretanto, para essa alternativa ser colocada em prática, existem três projetos vitais que precisam sair do papel. Será necessário asfaltar 350 quilômetros de rodovia entre a cidade

fronteira de Bonfim até Georgetown, capital do país. Além disso, uma hidrelétrica deve ser construída na Guiana, e o excedente da energia será vendido para Roraima. Por fim, há um projeto de construção de um porto de águas profundas para facilitar a cooperação entre as duas nações. O governo da Guiana solicitou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um estudo de mercado para viabilizar os projetos de engenharia. “Há uma expectativa de que o Brasil possa estar entre os investidores internacionais. Afinal, seríamos tão beneficiados quanto a própria Guiana”, afirma Henklain.

Projeto criado no início dessa década, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Boa Vista deve finalmente se tornar realidade. Ela tem papel estratégico para o fomento à exportação, uma vez que o objetivo é que 80% dos produtos fabricados pelas empresas que ali se instalarem sejam destinados ao mercado externo, e apenas 20%, ao interno. “A cadeia produtiva precisa ser formatada para começar a gerar valor agregado e renda”, diz o presidente do Conselho Regional de Economia de Roraima, Florêncio Costa de Melo. Com uma área de 162 mil hectares, localizada às margens da BR-174, no sentido Venezuela, a ZPE funcionará como um distrito incentivado, onde as empresas que nela se fixarem terão acesso a benefícios fiscais e cambiais com a condição de produzirem bens predominantemente destinados à exportação. O projeto do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior deve custar em torno de R\$ 40 milhões. “Os empresários, especialmente venezuelanos, veem segurança jurídica nessa região, uma vez que será permitido produzir com isenção de impostos”, diz Costa de Melo.

Com o agronegócio ganhando escala, a expectativa é que o volume de transações comerciais aumente. “Em vez de comprar bovinos em Rondônia ou no Pará e aves no Paraná, empresários de Manaus vão julgar mais atraente comprar em Roraima”, diz o economista. O Estado tem ainda outro diferencial para ampliar sua participação no mercado: atualmente, só produz

soja convencional. Ou seja, um produto com benefícios comerciais, melhores índices de produtividade e sem ligação com as questões polêmicas relacionadas à saúde e ao meio ambiente que perseguem a cultura feita com sementes transgênicas. O terminal de Itaqui é especializado no produto, que atende a mercados exigentes da Europa. Ainda assim, há planos de abrir mais o leque. “Queremos estimular a produção da soja convencional e gerar alternativas para produtores de orgânicos e transgênicos”, diz Henklain.

CAMINHOS PARA AVANÇAR

Roraima tem um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9 bilhões, o mais baixo do País – o que representa apenas 0,2% do PIB nacional. A economia local tem como base a administração pública (47,5%), seguida por serviços (35,4%), indústria (13%) e agropecuária (4,6%). Isso mostra que o agronegócio tem muito chão para crescer, mas para que se torne de fato o motor da economia do Estado, alguns aspectos precisam ser melhorados. O fato de a soja sair do País pelo porto de Itaqui, município da região metropolitana de Manaus, impacta diretamente no preço do produto. “Ainda não temos uma produção su-

ficiente para que os elos da cadeia se instalem aqui. Falta a produção crescer mais para que essas estruturas cheguem”, diz o chefe-adjunto de pesquisa e desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa Roraima, Aloísio Vilarinho. Segundo ele, o produtor ganharia mais porque o frete seria menor e, em vez de vender grãos, comercializaria produtos melhores. “Há um esforço grande, em termos de incentivo, para que isso ocorra nos próximos quatro ou cinco anos”, diz. Além disso, o fato de a unidade federativa estar localizada no extremo norte do País ainda impõe dificuldades na aquisição de insumos e no escoamento da produção.

O capital humano é outra questão que merece atenção. A Universidade Federal de Roraima, por exemplo, tem 27 anos, por isso, os programas de especialização ainda são recentes. “Pessoas que possuíam mais formação saíam do Estado. Apenas nos últimos sete anos que profissionais mais qualificados optaram por ficar”, explica Vilarinho. Somente agora que as políticas de desenvolvimento começam a render frutos. As dificuldades para transpor barreiras alfandegárias também funcionam como entraves para o escoamento da produção.



Motor da economia roraimense, agronegócio carece da oferta de energia elétrica para prosperar

NO QUE SE REFERE ÀS VENDAS PARA O MERCADO INTERNACIONAL, RORAIMA TAMBÉM POSSUI UMA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA. A UNIDADE FEDERATIVA FAZ FRONTEIRAS COM A VENEZUELA E COM A GUIANA E PODE ABASTECER ESSES PAÍSES COM PRODUTOS NACIONAIS

Atualmente, são 400 mil hectares de terra utilizados para agricultura e pecuária, excluindo todas as áreas de preservação indígena. Considerando essas limitações de território, ainda assim existe uma área importante a ser aproveitada – o potencial de Roraima para a agropecuária é de 2,5 milhões de hectares. A Embrapa, por exemplo, possui uma parceria para levar novas tecnologias para municípios do sul do Estado, como Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Caracará. “São tecnologias sustentáveis validadas e transferidas para agricultores”, diz Vilarinho. Além disso, desde 2013, a empresa começou um projeto de instalação de fóruns de discussão para agricultura familiar. O chefe de pesquisa e desenvolvimento explica que existe um centro de debate em cada um dos 15 municípios do território. “Isso nos ajuda a ter conhecimento da demanda dos agricultores para levar até eles a tecnologia de que precisam”, diz.

GARGALOS ESTRUTURAIS

Apesar das boas condições geográficas e climáticas, o fornecimento energético é um entrave que impõe sérias barreiras à economia de Roraima. O Estado tem sido duramente afetado pela crise econômica que atinge a Venezuela, uma vez que depende da energia fornecida pela hidrelétrica de Guri. “A usina foi sucateada, não há manutenção e a produção começou a cair”, explica o professor de Economia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Ruben Eurico da Cunha Pessoa.

O abastecimento deficiente ocorre porque a região ainda não integra o Sistema Nacional Interligado de Energia Elétrica. Além da energia comprada da Venezuela, Roraima depende da produção de termoeletricas, considerada uma fonte

onerosa. O Linhão de Tucuruí, que prometia a interligação do Estado, só chegou até Manaus em decorrência de um embate com os índios da reserva de Waimiri-Atroari. A estrutura passaria no meio da comunidade indígena, e agora o projeto depende de acordos com a população local para ganhar celeridade. Mesmo com a obtenção da licença prévia, o linhão levará três anos até ser concluído. Enquanto isso, Roraima procura se socorrer de iniciativas insuficientes de obtenção de energia solar e eólica.

O problema impede, por exemplo, que produtores irriquem a lavoura, já que um motor a diesel gera custos elevados e inviabiliza os negócios. “Muitas indústrias não querem se instalar aqui. Sem eletricidade não há como prosperar”, diz Pessoa. A produção vinda da queima de combustíveis fósseis e de termoeletricas não sustenta mais a alta demanda da região. “Ocorrem quedas de energia toda semana, é possível ficar sem eletricidade em intervalos de 10 minutos a uma hora. A prosperidade de qualquer negócio é colocada em xeque, despertando a insegurança nos investidores”, diz o professor de Ciências Contábeis da UFRR, Rubens Savaris Leal.

Outro desafio é a regularização fundiária. Somente neste ano que as terras que pertenciam à União estão sendo passadas ao Estado e aos produtores, o que representa mais um avanço à produção local. Aliado a isso, há ainda o Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda de Roraima, conhecido como Progredir. Trata-se de um projeto do governo estadual para identificar condições necessárias à criação de um ambiente favorável à produção, ao empreendedorismo e aos negócios.

A população indígena é mais uma questão delicada no Estado. Proporcionalmente, é a maior do País. De acordo com o

Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente de pessoas que se declararam indígenas ali foi de 49.637. O maior porcentual de moradores indígenas (88%) fica no município de Uiramutã, que abriga a reserva de Raposa Serra do Sol, com 17 mil moradores. Existem 32 terras indígenas no território.

Com essa forte presença, a demarcação dessas terras em Roraima se caracteriza como um problema histórico. Em 2009, houve um embate entre fazendeiros e indígenas em Raposa Serra do Sol. Hoje, porém, segundo Henklain, a situação segue estabilizada. “Assegurado esse protagonismo, os índios também podem produzir mediante suas experiências centenárias nas atividades de agricultura e pecuária de gado”, diz o secretário. Leal, da UFRR, sugere que sejam feitas parcerias para o aproveitamento da terra. “Os indígenas precisam de tecnologia para produzir, e esse conhecimento pode ser passado a eles”, diz. Nesse sentido, há um projeto-piloto do governo estadual em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) que estimula os ianomâmis a produzir alimentos com base na transferência de tecnologia, na região do Ajarani.

OUTROS SETORES

Há, porém, um fator que não pode ser ignorado. A crise econômica nacional abalou também os indicadores de Roraima, implicando o fechamento de empresas. Além disso, a unidade federativa está na lista de alguns Estados do Norte e Nordeste que pediram ajuda do governo federal para evitar decretar o estado de calamidade financeira. Ainda assim, o professor de Ciências Contábeis da UFRR considera que, por se tratar de um Estado novo, existem oportunidades de de-

envolvimento à vista e poucos exploradas. “Hoje, temos dois shopping centers em Boa Vista, e isso atrai olhares de investidores”, diz Leal. “A qualidade de vida em Roraima é outro atrativo, a distância entre trabalho e casa faz com que mais pessoas queiram se instalar aqui”, explica. Não à toa, o setor de serviços é outro motor da economia. Nos últimos anos, o deslocamento de pessoas do interior para a capital fez com que os serviços ganhassem um novo fôlego, principalmente o segmento de construção civil.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento de Roraima, somente a capital Boa Vista possui 11 centros comerciais. O setor engloba ainda administração pública, transporte, instituições financeiras e comércio. Com o crescimento da capital e das cidades de fronteira, empresários têm aberto grandes lojas e franquias. Além disso, o Estado tem um potencial que permanece inalterado: o ecoturismo. A exemplo de outras cidades, como Manaus, a região poderia encontrar no turismo um nicho interessante de mercado. Mas Roraima ainda está à margem da rota do programa nacional de turismo. Além dos próprios habitantes, não existem políticas que incentivem visitantes de fora interessados em conhecer as belezas naturais das cidades roraimenses. “Muito poderia ser aproveitado em áreas indígenas. O caboclo e o índio sabem receber os turistas, que poderiam visitar esses locais acompanhados de guias. É necessário uma estrutura montada e um profissionalismo para dar fluxo a esse novo tipo de negócio”, diz Eurico Pessoa, da UFRR. Só assim Roraima conseguirá avançar em diversos segmentos.

&



Estado tem a maior população indígena do País, 49.637, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na foto, o líder ianomâmi, Davi Kopenawa.



TODOS OS DIAS, FAZEMOS A MESMA COISA QUE VOCÊ: **TRABALHAMOS MUITO PELA SUA EMPRESA.**

Se batalhar pelo sucesso de uma empresa não é fácil, imagina lutar por mais de 2,5 milhões de empresários? A gente sabe muito bem o que é isso e faz tudo para defender os direitos e interesses desses empreendedores do comércio e de serviços todos os dias.

Tenha a força de quem faz tudo pelo comércio. Pague sua Contribuição Sindical até 31 de janeiro, ela representa conquistas e crescimento para você.

&

ANSEIO POR CRIATIVIDADE

texto RAÍZA DIAS

Vista como o futuro da economia brasileira, uma das saídas para a crise nacional e tendência que mudará os paradigmas sociais e de mercado, a indústria criativa é apontada por especialistas como alternativa que precisa de incentivo para alcançar a seu devido potencial no País.

A cadeia engloba 13 atividades, as quais têm como insumos primários a criatividade, o conhecimento e o capital intelectual. São consideradas parte dela: publicidade; arquitetura; design; moda; expressões culturais; patrimônio e artes; música; artes cênicas; editorial; audiovisual; pesquisa e desenvolvimento; biotecnologia; e tecnologia da informação e comunicação.

Um dos problemas da economia criativa é a falta de informações oficiais sobre a sua dimensão no País. Um estudo que tem norteado o segmento é o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Sistema Firjan). O documento de 2014 mostra que, na última década, houve um crescimento de 69,1% no número de empresas dessa cadeia. Além disso, a estimativa é que, com base na massa salarial gerada por esses empreendimentos, a indústria criativa gere um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a R\$ 126 bilhões, o que representa 2,6% do total produzido em 2013. Toda a riqueza originada por esse mercado expandiu 69,8% em termos reais em dez anos, índice bem superior aos 36,4% registrados no PIB brasileiro no mesmo período.

Os números existentes são de entusiasmar. No entanto, é preciso mais. “Os grandes gargalos dessa economia, hoje, são a falta de informação setorial sobre o impacto econômico da [economia] da cultura, o mercado de trabalho e a taxa de ocupação”, avalia o professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e coordenador do Observatório de Economia Criativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Leandro Valiati.

O Brasil apresenta alguns esforços espalhados pelo território nacional. No entanto, não há um trabalho, de fato, conjunto. O governo federal chegou a dar alguns passos nesse sentido. Em 2011, o Ministério da Cultura (MinC) criou a Secretaria de Economia Criativa, que se debruçaria sobre esse mercado e seu potencial. A pasta, contudo, teve menos de cinco anos de vida e atualmente o trabalho está vinculado à atuação da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac), também do MinC.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já alertou o mundo sobre a importância desse mercado. Em 2013, o Relatório das Nações Unidas sobre a Economia Criativa, intitulado Widening Local Development Pathways, apontou que o comércio de bens e serviços criativos impulsionam as economias e contribuem para o desenvolvimento social inclusivo, o diálogo e o entendimento entre os povos.

Em países desenvolvidos, o conceito está bem compreendido e a todo vapor. Por aqui, a expectativa é positiva. Questionado sobre o potencial do Brasil, o pesquisador britânico John Howkins – nome mundialmente ligado à economia criativa – é categórico: “Imenso”. E complementa. “O Brasil é um País incrivelmente criativo e é internacionalmente reconhecido por seus talentos extraordinários em design, música, cinema, arquitetura e demais. Além disso, os brasileiros têm um senso instintivo para pensamento criativo em todos os níveis da sociedade. Poucos países têm isso”, assinala.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Um estudo da PwC mostrou a força de parte desse mercado. Focado em negócios de mídia e entretenimento, o relatório global da consultoria mostrou que a previsão de crescimento anual dessas atividades no Brasil é de 6,4% ao ano até 2020, superior à média global, de 4,4%, principalmente porque, por aqui, são esperados gastos expressivos com publicidade na TV e acessos a internet, TV e vídeo. A expectativa é que o faturamento do setor de mídia e entretenimento no País alcance o montante de US\$ 48,7 bilhões em 2020.

Entre as empresas relacionadas às 13 atividades da indústria de economia criativa, não é difícil encontrar casos de expansão, mesmo na crise que tem amargado o desempenho de muitos negócios nos últimos anos. Apesar de o mercado olhar com interesse para esse fato, a recomendação é não restringir a avaliação. “Eu vejo muita gente falando que a economia criativa é solução para a crise, e não é exatamente isso. É uma nova forma de operar. Ela não vai ser um *band-aid* que será colocado agora só para interromper a crise. A economia criativa é uma nova proposta de enxergar o capitalismo e as relações econômicas e financeiras no mundo. Temos, também, as economias social, colaborativa e compartilhada para sustentar novos jeitos de fazer”, alerta a especialista em economia criativa e fundadora da Espaçoave, em São Paulo, que auxilia empreendedores inventivos em seus negócios, Rafaela Cappai.

Para Valiati, da UFRGS, é preciso olhar para esses setores como fundamentais. “Falta um engajamento da visão da economia criativa como estratégia para o desenvolvimento nacional. É preciso produzir informação que qualifique o nosso potencial e conhecer o que falta para que essa economia se torne estratégica e, assim, ser aten-

didada com políticas públicas focadas”, recomenda.

Segundo Howkins, a questão envolve transformar boas ideias em produtos de sucesso e vendidos internacionalmente. O Brasil está agora preparando startups e grandes empresas para fazer isso. “O governo precisa dar passos para auxiliar os desenvolvimentos da criatividade e da inovação no mesmo nível de suporte dado historicamente para os setores de agricultura e indústria. O futuro para a economia e a saúde da sociedade brasileira estão, cada vez mais, nas indústrias de serviços e em originalidade e inovação”, avalia.

ESFORÇOS DA GESTÃO PÚBLICA

No mercado criativo, esforços isolados de municípios e Estados para incentivar essa cadeia têm sido vistos. Para especialistas, é preciso um olhar em âmbito federal na questão. “É necessário a criação de novos ajustes dos marcos legais para cultura, tanto na questão trabalhista quanto na tributária. Isso depende do Congresso Nacional. Outro ponto é aumentar os investimentos em capacitação desses novos empreendedores”, sugere Marcos André Carvalho, que já comandou a Secretaria de Economia Criativa e hoje atua como assessor especial para a economia criativa e diretor da incubadora Rio Criativo, no Rio de Janeiro.

Há na esfera federal algumas tentativas de lançar luz sobre a questão, como o Projeto de Lei nº 3396/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a instituição da Política Nacional de Incentivo à Economia Criativa. A Lei Rouanet, criada para disponibilizar recursos que fomentem a cultura no País, também está no arcabouço de ações federais de apoio à essa economia.

Ainda assim, é nas gestões locais que essa indústria tem encontrado apoio efetivo para deslançar. Em Porto Alegre (RS), a prefeitura envolveu 38 entidades do setor, em 2014, no Plano Municipal de Economia Criativa. Uma das ações foi o mapeamento da economia criativa na capital gaúcha, que pretende reunir os negócios locais ligados à originalidade. Um canal de diálogo com esses empreendedores foi aberto. “Eles apontaram uma série de problemas, como as faltas de incentivo do Poder Público e de organização entre eles mesmos”, cita a coordenadora, Maria Fernanda Bermúdez.

O trabalho detectou que 95% dos entrevistados não se enxergavam como empreendedores da área, o que possibilitou a construção de um

arcabouço legal para ampará-los. Um território exclusivo foi destinado para a atração e o desenvolvimento desses negócios criativos. O local oferece isenção de IPTU por cinco anos e, atualmente, 25 negócios de diversas áreas. “Temos o conceito de manter a diversidade e procuramos facilitar o máximo possível, sem grandes burocracias, para que pudessem alugar o espaço”, explica o gestor do espaço, João Wallig.

Os esforços de Porto Alegre têm surtido efeito, mas os planos são ainda maiores. Segundo Maria Fernanda, é um desejo local desembolsar investimentos municipais em ações como uma incubadora, uma casa da inovação, um Fab Lab público, um espaço de *coworking* e demais iniciativas que pudessem dar condições para a cadeia expandir com qualidade e essa indústria impactar o PIB da cidade. No entanto, são avanços que dependem de aprovação legislativa.

No Rio de Janeiro, a percepção de antever a crise do petróleo, atividade que até meados de 2015 era o motor da economia, foi essencial para que os investimentos fossem realocados. “Buscamos outras potencialidades de vocação para desenvolvimento do Estado e, em segundo lugar, apareceu a economia criativa como um setor expressivo”, conta Marcos André Carvalho, da incubadora Rio Criativo. O espaço foi o primeiro criado no Brasil para abrigar exclusivamente empresas dos setores criativos. A iniciativa foi, então, replicada em mais 14 Estados pelo Ministério da Cultura.



“O BRASIL É UM PAÍS INCRIVELMENTE CRIATIVO E É INTERNACIONALMENTE RECONHECIDO POR SEUS TALENTOS EXTRAORDINÁRIOS EM DESIGN, MÚSICA, CINEMA, ARQUITETURA E DE MAIS. ALÉM DISSO, OS BRASILEIROS TÊM UM SENSO INSTINTIVO PARA PENSAMENTO CRIATIVO EM TODOS OS NÍVEIS DA SOCIEDADE. POUCOS PAÍSES TÊM ISSO”

JOHN HOWKINS, pesquisador britânico

O projeto no Rio entendeu parte dos gargalos dessa cadeia. “Acreditamos que deveríamos oferecer capacitação em gestão de negócios para novos empreendedores, criar uma infraestrutura física para institucionalizar os empreendimentos e oferecer atividades de formalização, já que parte dos negócios culturais é informal. Outra questão foi a ampliação das linhas de fomento, porque esse mercado era muito dependente de editais públicos e leis de incentivo fiscal, então era preciso criar alternativas, como balcão de crédito”, explica o diretor do espaço.

Na incubadora, as empresas podem ficar alocadas por 18 meses, passando por ciclos que auxiliam no desenvolvimento dos negócios. “A primeira geração de empresas que entrou na Rio Criativo chegou com faturamento total de R\$ 1 milhão e saiu no fim com R\$ 10 milhões”, pontua Carvalho. A ação teve ainda um papel importante na propagação da economia criativa pelo Estado. “Percebemos uma capilarização dos investimentos, que antes eram muito concentrados na capital, e hoje temos 92 municípios participando da política cultural.”

FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Os gargalos da indústria inovadora passam também pela educação. “O País precisa criar sistemas de formação mais modernos para contemplar os inventivos. Precisamos que as universidades se empenhem em criar mecanismos aplicados a esses segmentos”, sugere o professor Valiati.

A falta de formação foi a lacuna vista pela fundadora do Espaço Garimpo, em Recife (PE), Germana Uchoa, como oportunidade. A empresa hoje presta consultoria para empreendedores da economia criativa e auxilia em questões essenciais de bastidores, além de oferecer cursos e workshops.

Segundo a especialista, além de os profissionais terem dificuldades de transformar seus talentos em renda e negócio,

a condução da economia emperra o crescimento da cadeia. “Quando pensamos em economia, é em gestão da escassez. Esse capital humano precisa, na verdade, ver essa abundância e fazer o contrário para gerar multiplicação”, comenta.

A NOVA ECONOMIA

Para os especialistas, é necessário encarar a indústria criativa como o próximo passo da economia brasileira, em que o valor do intangível tenha tanto peso quanto do capital. “O principal desafio é entender a economia criativa não como uma solução de curto prazo, mas um novo paradigma para a economia mundial”, avalia a especialista Rafaela.

No entanto, alcançar esse patamar exige um processo de mudanças práticas. “A principal demanda [*de quem está nesse mercado*] é a conciliação dos trabalhos criativo e artístico com retorno financeiro”, analisa a fundadora da Espaçoave. Segundo ela, esses empreendedores têm em mente valores como sustentabilidade. “Podemos conquistar com a economia inovadora um modelo econômico que respeita individualidades, em que a escala não massacre o valor simbólico das coisas, em que as pessoas façam parte grande disso e o planeta seja respeitado. Acho que é o futuro.”

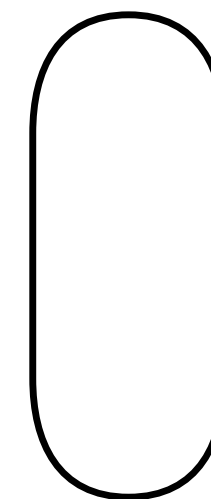
Ela acredita que, com a evolução da cadeia, a criatividade seja a identidade econômica que prevalecerá. “Eu espero que a economia criativa e as novas economias, no futuro, sejam chamadas apenas de economia, e a norma de o mundo operar”, o professor Leandro Valiati, da UFRGS, alerta. “A economia funciona em ciclos. Talvez seja a hora de investir em economia criativa.”

&



DE OLHO NAS EXCELÊNCIAS!

texto GUILHERME MEIRELLES



Com base em dados públicos e contando com a participação voluntária de pessoas e associações engajadas em aprimorar a cidadania, cresce no Brasil a presença de organizações independentes dispostas a monitorar e cobrar gestores e parlamentares. O movimento da sociedade civil organizada já não se restringe apenas aos grandes centros urbanos e a tendência é de uma expansão contínua, sempre com foco voltado para o melhor desempenho dos órgãos públicos e, principalmente, para coibir a incidência de atos de corrupção.

No início de 2015, após ser acionada pelo Ministério Público local, a Prefeitura de Picos (PI), a 307 quilômetros da capital Teresina, apresentou um edital para compra de itens de merenda escolar no valor de R\$ 6,038 milhões. Não foi o valor em si que chamou a atenção dos representantes locais do Observatório Social do Brasil (OSB), mas a relação de produtos, que incluía itens exóticos como esmalte de unha e perfume. Causou estranheza ainda os preços de alguns alimentos, casos do pote de 115 gramas de iogurte, cotado pela gestão municipal a R\$ 1,60/unidade, quando podia ser encontrado no mercado por R\$ 0,60/unidade; e da embalagem de um litro do mesmo produto, que tinha preço médio no varejo de R\$2,40 e estava cotada a R\$ 4,80. Alertada pela entidade,

a prefeitura alterou o edital, o que possibilitou uma economia de R\$ 198 mil. A alegação foi de que se tratava de um simples erro de digitação.

A 3 mil quilômetros de distância da cidade piauiense, na mesma época, o município de Paranaguá (PR) registrou uma ocorrência semelhante. Para comprar material de limpeza, a prefeitura paranaense lançou um edital de R\$ 10,417 milhões, no qual R\$ 7,399 milhões estavam destinados a sacos de lixo e R\$ 3,017 milhões para a aquisição de papel higiênico. Com uma população hoje em torno de 134 mil habitantes, o volume seria suficiente para abastecer a cidade por 20 anos. Comunicada pela seção local do OSB, a prefeitura cancelou o pregão, alegando que houve um erro de multiplicação.

Em ambos os casos, o prejuízo ao erário público só não se confirmou em razão da fiscalização preventiva exercida por voluntários atentos aos atos do Executivo municipal. “Se não estivéssemos olhando, será que esses valores seriam corrigidos?”, indaga o presidente do Observatório Social do Brasil, o empresário paranaense Ney da Nóbrega Ribas. Fundado em 2008, o OSB é um exemplo da presença cada vez mais frequente de cidadãos e associações em organizações sociais encarregadas de fiscalizar e cobrar ações éticas e responsáveis dos governantes. Com sede em Curitiba, a entidade centraliza a ação de 3 mil voluntários espalhados em 300 municípios de 19 Estados, com a ambiciosa meta de atingir em dez anos todas as cidades com população acima de 100 mil habitantes. “Atuamos de maneira preventiva, antes que o dinheiro seja gasto. Assim que descobrimos algo fora do padrão, avisamos o gestor. Caso providências não sejam tomadas, recorremos a outras instâncias, como as câmaras municipais ou o Ministério Público”, diz Ribas. A fiscalização é feita por pessoas ou associações municipais capacitadas pelo OSB que não estejam subordinadas a partidos políticos ou aos órgãos públicos a serem monitorados.

Para o professor do Departamento de Gestão Pública da FGV/EAESP, o cientista político Marco Antonio Teixeira, os movimentos populares desencadeados a partir de 2013 trouxeram para o

cenário político um “empoderamento” de entidades até então restritas ao público com formação mais qualificada. “Atualmente, temos organizações que atuam em diversas frentes e que se complementam na missão de atuar em prol da cidadania. Há entidades que participam das decisões do Executivo; fiscalizam a ação de vereadores, deputados e senadores; e monitoram os atos das prefeituras, todas trabalhando com dados públicos que podem ser acessados com facilidade pelo cidadão comum”, afirma. O efeito do impacto do trabalho desenvolvido pelas entidades pôde ser atestado nas recentes eleições municipais, diz Teixeira. “Critérios como honestidade e probidade administrativa influenciaram o eleitor e deixaram como recado aos políticos que é fundamental haver um cuidado especial com os posicionamentos tomados ao longo da vida pública”, afirma.

Em paralelo ao fortalecimento dessas organizações, a transparência de dados vem amadurecendo nos últimos anos. O principal marco é a Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que disponibiliza à população todos os dados da administração pública (Três Poderes, Estados, Distrito Federal, municípios, tribunais de conta e Ministério Público), com exceção daquelas informações consideradas sigilosas, em sua maior parte as que tratam de soberania nacional e relações externas. Graças à LAI, organizações como a Transparência Brasil puderam desenvolver suas pesquisas com mais autonomia. “Após a edição da LAI, passamos a ser atendidos com mais rapidez e não ficamos dependentes da boa vontade dos agentes públicos que simpatizavam com nossos propósitos”, afirma a coordenadora de pesquisa da Transparência Brasil, Juliana Sakai.

Há 16 anos engajada no combate à corrupção, a Transparência Brasil desenvolveu pesquisas que ganharam relevância nacional, principalmente em anos eleitorais. É o caso do projeto Excelências, que fiscaliza desempenho parlamentar, eventuais processos na Justiça e dados sobre financiamento eleitoral de todos os deputados federais e senadores. Apesar da LAI, a organização ainda enfrenta a resistência de órgãos públicos. A lei prevê que todo pedido de informações seja protocolado e com prazo de 20 dias resposta, mas esta não vem sendo a prática comum fora do âmbito federal. “Recentemente, solicitamos dados referentes a gastos parlamentares em 16 assembleias

ORGANIZAÇÕES ATUAM EM DIVERSAS FRENTES EM PROL DA CIDADANIA

legislativas e apenas quatro (PR, RJ, BA e RN) responderam. As demais ignoraram”, diz.

Embora o Brasil disponha de uma estrutura regulatória que não oferece dificuldades para a transparência de dados, militantes do setor entendem que ainda há um longo caminho a percorrer em aspectos relacionados à participação política no dia a dia. De acordo com estudo realizado pelo instituto The Economist Intelligence Unit, braço de pesquisas do grupo The Economist, junto com mais de 160 países, o Brasil se encontra bem posicionado em quesitos diretamente envolvidos com o funcionamento do Estado, mas peca exatamente nas ações nas quais a sociedade deveria estar envolvida. “A conclusão é que o brasileiro só participa do processo político em períodos eleitorais e que exista um grau de desconfiança muito grande em relação às instituições e à classe política”, afirma Jamil Assis, relações públicas do Instituto Atuação.

Sediado em Curitiba (PR), o Atuação tem trabalho para maior engajamento social e formação de uma cultura política na capital paranaense. Na recente eleição, a associação promoveu um debate para discutir com os candidatos, inclusive com o prefeito eleito Rafael Greca (PMN), propostas que tenham como fim transformar Curitiba em uma referência da democracia nos próximos cinco anos. Os principais temas abordados foram: segurança pública, transparência pública, participação política e cultura política, principalmente nas áreas de educação e de fomento ao associativismo.

Fundado em 2010 por cinco estudantes universitários, o Atuação rapidamente conquistou

espaço no meio político de Curitiba e hoje mescla a juventude de sua equipe (média de 26 anos) com a experiência de juristas e empresários em seu conselho. “Somos uma entidade no modelo Think + Do Tank, ou seja, planejamos, desenvolvemos estratégias e as implementamos”, diz Assis. Em setembro passado, o Atuação promoveu a 2ª Semana da Democracia, evento que durante três dias reuniu 14 palestrantes brasileiros e estrangeiros e mais de 500 participantes.

LEI DE METAS

Para os próximos anos, a expectativa é que a participação popular se torne mais efetiva, na medida em que a Lei de Metas seja incorporada nas Leis Orgânicas dos Municípios. Regulamentada pelo Congresso Nacional em 2013, a Lei de Metas é um programa inicialmente adotado em 2008 na cidade de São Paulo, por iniciativa da organização Rede Nossa São Paulo, estando hoje em vigor em 48 municípios. Embora não tenha caráter punitivo, a lei obriga o prefeito a assumir uma postura mais transparente em relação aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, bem como determina que em até 90 dias após a sua posse apresente prioridades e metas, além de cobrar a realização de audiências públicas e prestação de contas a cada seis meses.

Para o idealizador da Lei da Ficha Limpa, o advogado Márlon Reis, cabe às organizações políticas independentes a missão de disseminar a adoção da Lei de Metas nas prefeituras. “Trata-se de uma relevante orientação sobre os elementos básicos da gestão pública, principalmente

em cidades que não estejam familiarizadas com uma cultura mínima de planejamento. Defendo que seja universalizada em todas as esferas do Poder Público”, afirma.

Com uma população estimada em 180 mil habitantes, o município de Ilhéus (BA) nunca teve uma tradição de participação política em suas decisões. No entanto, foi o terceiro município brasileiro a adotar a Lei de Metas, atrás apenas de São Paulo e Ilhabela. “Ilhéus é uma cidade machista e coronelista. Enfrentar esse cenário vem sendo um grande desafio”, afirma a diretora-presidente do Instituto Nossa Ilhéus, Maria Socorro Mendonça. Ela revela ter enfrentado acirrada oposição da classe política tradicional, com constantes ataques na mídia local e em blogs. No entanto, Maria conseguiu conquistar o apoio de setores da sociedade civil, principalmente quando passou a monitorar o trabalho dos vereadores. Em parceria com a sócia-fundadora Morgana Krieger, criou uma página no Facebook, a “De Olho na Câmara dos Vereadores”, que diariamente trazia notícias sobre o desempenho dos parlamentares e vídeos das sessões, o que levou um vereador a tentar proibir as gravações. A entidade foi ampliando a sua rede e hoje já formula uma plataforma comum de trabalho com os indicadores de 26 municípios da região do litoral sul baiano. “Nosso trabalho impactou nas eleições, tanto que todos os candidatos à prefeitura apresentaram nos debates os seus planos de metas”, diz.

Pioneira na estruturação de um amplo campo social envolvendo associações e entidades da sociedade civil, a Rede Nossa São Paulo congrega atualmente cerca de 800 associações e é considerada uma referência para a constituição de modelos semelhantes em outras capitais. “A articulação se fez ao longo do tempo conforme um círculo concêntrico, no qual convidávamos associações e lideranças comunitárias, que por sua vez convidavam novos agentes para se integrarem ao processo”, diz o coordenador-geral da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo, o empresário Oded Grajew.

Para Grajew, a incorporação da Lei de Metas à Lei Orgânica pode ser considerada a principal vitória da organização. Formada em um modelo horizontalizado, sem diretoria nem presidente, a rede tem o apoio de lideranças de diversos setores da sociedade, o que a permite realizar projetos de porte, como o Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o Instituto Ethos, que objetiva

integrar gestores públicos municipais em sintonia com princípios de sustentabilidade aplicados em metrópoles europeias. “Cada vez mais o brasileiro tem se interessado e participado das decisões políticas. Em São Paulo, mesmo com o alto índice de abstenções, brancos e nulos, notamos um amadurecimento do eleitor, que rejeitou nas urnas as candidaturas de nomes de ex-esportistas e artistas, que não tinham expressão política nem engajamento comunitário”, diz Grajew.

No caso de metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro, o desafio de aglutinação das pessoas em torno de objetivos comuns de cidadania muitas vezes transcende a fronteira dos municípios. “Pensar no desenvolvimento sustentável engloba tanto os moradores da cidade como aqueles que vivem na região metropolitana, mas utilizam os serviços da cidade do Rio de Janeiro no seu dia a dia”, diz o diretor-executivo da Casa Fluminense, organização fundada no início de 2013, José Marcelo Zacchi.

Baiano radicado há 12 anos no Rio, Zacchi enxerga a cidade como um “caleidoscópio com inúmeras faces de desigualdade”. “Até 2016, o Rio foi pensado com vistas aos grandes eventos, casos da Copa e das Olimpíadas. Agora, temos de pensar em longo prazo e estreitar o relacionamento do Poder Público com áreas mais carentes, como a zona oeste e a Baixada Fluminense”, explica.

Com inspiração no modelo da Rede Nossa São Paulo, a Casa Fluminense tem se empenhado em agrupar distintos coletivos, lideranças e associações de todos os municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa aglutinação traz eixos comuns, como segurança pública, moradia e emprego. Atualmente, são cerca de 60 associações com vários interlocutores que passam por capacitação para replicar em suas regiões palestras e eventos que atendam às necessidades dos moradores.

No Rio de Janeiro, Zacchi espera poder participar ativamente da recém-criada Câmara de Gestão Metropolitana, buscando apresentar propostas temáticas dentro da Agenda Rio 2017. Para avançar, ele espera contar com um diálogo aberto com o futuro prefeito Marcelo Crivella, com quem ainda não manteve nenhum contato pessoal. “Foi o único candidato que não nos recebeu pessoalmente, mas estou otimista de que haverá um bom entendimento”, diz.

&



PARLAMENTARISMO SOLUÇÃO OU UTOPIA?

texto FILIPE LOPES

P

Passada a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em 2014, um verdadeiro “racha” político entre o seu governo e a base aliada ocasionou a paralisação política do Brasil, aparentemente amenizada após a conclusão do impeachment em agosto passado. O longo processo expôs a fragilidade do sistema presidencialista brasileiro, que mergulhou o País nas crises institucional e econômica, pela falta de governabilidade da então presidente, que se manteve isolada até sua queda. Em vez de concentrar esforços em ações para superar os efeitos de recessão econômica, os congressistas brasileiros focaram suas atividades na votação da cassação da presidente. Questões vitais para as finanças da Nação ficaram em segundo plano e só começaram a tomar forma com a consolidação do mandato de Michel Temer. Diante desse cenário, veio à tona a discussão sobre a necessidade de uma reforma política para evitar que as decisões do País fiquem à mercê da governabilidade. E até a adoção de sistemas alternativos ao presidencialismo, como o parlamentarismo, voltaram a ser debatidas.

No parlamentarismo, a população escolhe os membros do parlamento em eleições diretas e esses parlamentares elege um representante da Casa para ser o chefe do governo, o primeiro-ministro, que irá definir os rumos estratégicos da economia e o desenvolvimento do país. Em algumas nações, existe também eleição de um presidente, que segue com a função de chefe de Estado, responsável pela representação diplomática do país e isento de decisões políticas ou de âmbito econômico.

O sistema está presente em Reino Unido, Suécia, Japão, Irlanda, Alemanha, Índia, Itália, Botsuana, África do Sul e Suriname. Apesar de ser o mesmo modelo de governo, algumas particularidades os diferem nesses países. No Reino Unido, na Suécia e no Japão, o chefe de Estado é um monarca (rei ou rainha), enquanto o chefe de governo é um membro da legislatura (primeiro-ministro), ou seja, é uma monarquia constitucional. Já na Irlanda, na Alemanha, na Índia e na Itália, vigora a república parlamentarista, pois a população elege um presidente e ele fica responsável por ser o chefe de Estado, e o parlamento escolhe um primeiro-ministro que representará o país como chefe de governo. Por fim, na Botsuana, na África do Sul e no Suriname, o chefe de governo também é o chefe de Estado, mas é eleito pelo parlamento.

Mesmo sem sofrer interferência externa em suas decisões, para governar, o primeiro-ministro precisa ter a confiança do parlamento, ou seja, deter a maioria dos parlamentares a seu favor para que aprove suas propostas. Ao assumir o posto de chefe de governo, o primeiro-ministro faz uma moção de confiança, que verifica se conta com a maioria do legislativo. A moção pode ser aprovada ou rejeitada por meio de votação (voto de confiança). Se houver discordância entre a postura do primeiro-ministro e o parlamento, ele é deposto e o parlamento escolhe um novo representante. Caso o parlamento não chegue a um acordo para a escolha do chefe de governo, ele é dissolvido e a população elege novos políticos para representá-los.

RESGATE HISTÓRICO

No Brasil, o parlamentarismo esteve presente no fim do Império, de 1847 a 1889. Após passar a ser república, o País adotou o presidencialismo como sistema governamental até a renúncia de Jânio Quadros, quando o parlamentarismo retornou como tentativa para solucionar a crise política. O sistema vigorou entre setembro de 1961 a janeiro de 1963 e foi sucedido pelos governos militar e presidencialista.

A necessidade de reforma política é unanimidade entre políticos, empresários, entidades de classes e população geral. Segundo pesquisa Ibope/OAB divulgada no auge das manifestações populares em 2013, 85% dos brasileiros desejavam reforma política. Na ocasião, o governo federal apontou para uma reforma profunda nos sistemas político e eleitoral, porém, a única medida aplicada foi a proibição da doação privada de campanha, que vigorou nas eleições de 2016.

Para o presidente de honra da Academia Internacional de Direito e Economia (Aide) e do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Ives Gandra da Silva Martins, o País vive um momento que precisa pensar um novo sistema político. “O presidencialismo já se mostrou ineficiente. De quatro presidentes eleitos no Brasil, dois foram impedidos”, aponta. Segundo Martins, as experiências acumuladas na América do Sul demonstram que o sistema em vigência no Brasil é usado para manter no poder tiranos e ditadores.

“Na América, o presidencialismo foi um total fracasso, pois culminou em ditaduras e constantes golpes de Estado. O presidencialismo é um sistema ditador que impede que tiremos um presidente corrupto ou que não oferece soluções para o país. Se governa mal, apenas o processo de impeachment ou golpes de Estado podem afastar um presidente. Já no parlamentarismo, o chefe de governo pode ser demitido se não corresponder às expectativas da nação, sem quaisquer traumas, como ocorrem em casos de impeachment ou golpe de Estado em sistemas presidencialistas”, afirma.

Segundo o acadêmico da Aide Manoel Gonçalves Filho, o presidencialismo brasileiro se transformou em um sistema de proliferação de partidos políticos sem ideologias, que existem para se manterem no poder. “Nosso sistema



evoluiu para o presidencialismo de coalizão, no qual existem diversos partidos políticos que negociam com o governo para constituir uma base de apoio em troca de contraprestações, que inviabilizam o progresso do Brasil”, afirma Gonçalves Filho. Apesar de concordar que o sistema político brasileiro precise de mudanças, o professor aponta que a solução não está apenas na extinção do presidencialismo, mas na reforma eleitoral, com o fim de conchavos de interesses escusos.

TEORIA E REALIDADE

O parlamentarismo permite a dissolução de poderes entre o chefe de Estado, que tem poder figurativo (presidente eleito ou monarca), e o chefe de governo, eleito pelo parlamento e responsável pela administração da nação. “A principal vantagem é o mútuo processo de controle do Executivo, pois a consequência de poder perder o mandato, caso assim deseje o Legislativo, exigiria que o primeiro-ministro trabalhasse em consonância com as aspirações da maioria. E o sistema também permite certo controle do Poder Executivo, porque, em caso de discordância entre as aspirações da população com o parlamento, ele pode ser dissolvido. Então, o parlamentarismo é um sistema seguro de controle”, aponta o desembargador e presidente da Aide, Ney Prado.

A diluição dos poderes também pode ajudar a diminuir a possibilidade de corrupção. Para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, os recentes casos de esquemas de corrupção presentes desde declaração de campanhas a formação de ligações justificam uma renovação no sistema político. “Fora o período da Velha República, em que tivemos certa estabilidade, o presidencialismo tem dado sinais insatisfatórios. A corrupção afeta qualquer forma de governo, então precisamos fazer muitas correções antes de decidir por uma forma ideal”, aponta.

Segundo o ex-ministro do STF, Nelson Jobim, não existem sistemas políticos melhores ou piores, mas aqueles que funcionam em um determinado momento e outros que deixam de ser eficientes. “Na Espanha, por exemplo, o sistema parlamentarista paralisou o governo, que aguarda uma definição entre os partidos políticos para eleger um primeiro-ministro”, afirma. O sociólogo e cientista político Bolívar Lamounier pondera ainda que o mundo vive um momento entre dois extremos: a expectativa da prova do presidencialismo e o sucesso do parlamentarismo em alguns países europeus. “Na Alemanha, temos a Angela Merkel, que exerce uma liderança impressionante sobre a Europa, sendo que ninguém se lembra quem é o presidente alemão eleito”, aponta.

“O PRESIDENCIALISMO É UM SISTEMA DITADOR QUE IMPEDE QUE TIREMOS UM PRESIDENTE CORRUPTO.

SE GOVERNA MAL, APENAS O IMPEACHMENT

OU GOLPES DE ESTADO PODEM AFASTÁ-LO”

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP

DEBATE

A FecomercioSP, por meio do Conselho Superior de Direito e a Aide, promoveu em setembro o **33º Seminário Parlamentarismo no Brasil – Utopia ou Possibilidade?**, a fim de debater os reflexos positivos e negativos do presidencialismo e do parlamentarismo. O evento reuniu juristas, desembargadores, ministros do Supremo Tribunal Federal, senadores e representantes do Sescon-SP, da OAB-SP e de outras entidades. Na ocasião, houve o lançamento do livro *Parlamentarismo: realidade ou utopia?*, coordenado pelo jurista Ives Gandra Martins. O título reúne artigos de 24 autores que discorrem sobre as variadas vertentes do parlamentarismo.

De acordo com o professor e consultor jurídico Adilson Abreu Dallari, a representação política brasileira já nasceu contaminada, pois foi constituída em um sistema que se beneficia da continuidade, e o parlamentarismo possivelmente também fracassaria sem antes resolver essas questões. “Assim que se termina uma eleição, inicia-se outra, que impede que se tenha um planejamento governamental, estando em constante disputa e que visa à reeleição. Será que sem a depuração do sistema partidário poderemos ter um sistema parlamentarista?”, questionou Dallari. Para o professor de Direito e advogado Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, a mudança de sistema político exigiria uma re-

volução constitucional que teria que ser votada por meio de referendo popular. “O parlamentarismo culminaria em uma mudança radical de modelo político, pois mudaria completamente o texto da Constituição Federal, que proíbe a concentração de poderes que o parlamentarismo oferece ao primeiro-ministro”, afirmou.

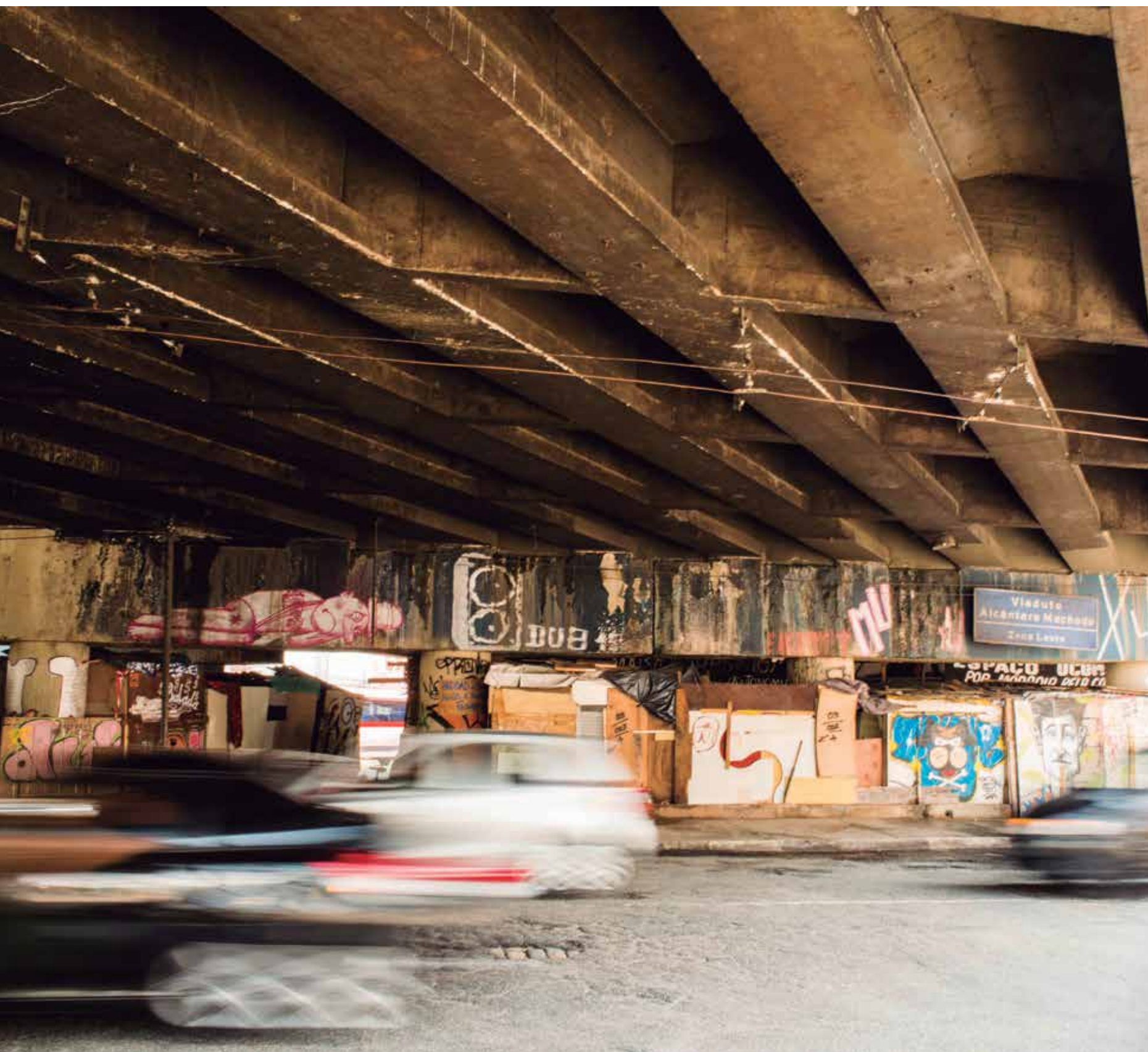
Na avaliação do ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto, mesmo sendo entusiasta do parlamentarismo como sistema ideal, sua implantação implicaria uma nova constituinte. “Embora o parlamentarismo seja o que menos enseja crises institucionais, a atual Constituição não permite tal sistema. A Carta Magna descreve todos os atributos provenientes da presidência da República, e no artigo 5º lista os três Poderes independentes: Legislativo, Executivo e Judiciário, que não podem ser aglutinados. Para alterar alguma cláusula pétrea, deverá se convocar novamente uma constituinte”, apontou Britto. Ainda segundo ele, a Constituição evidentemente precisa de renovação e melhorias, mas os antídotos para as crises estão nela mesma. “Já retiramos dois presidentes, a questão da proliferação dos partidos políticos também pode ser resolvida com base na Constituição e muitos outros problemas podem ser solucionados da mesma maneira”, afirmou.

Já o ex-presidente do STF Carlos Mário da Silva Velloso, discorda da interpretação do ex-

-ministro Britto sobre a afirmação que a mudança para o parlamentarismo feriria a cláusula pétrea. “Não fere em nada a Constituição, pois não irá extinguir os poderes, mas todos ajudariam a colaborar para um novo sistema”, apontou Velloso. Para ele, o parlamentarismo seria viável se implantado de maneira gradual, e com regras bem estabelecidas não correria o risco de se tornar ingovernável – como aconteceu na Espanha.

Na mesma linha de raciocínio, o ministro do STF, José Antonio Dias Toffoli, acredita que após as eleições de 2018 a sociedade civil terá capacidade de se envolver para propor uma reforma política que resolverá os problemas nacionais. “O sistema eleitoral proporcional é o responsável pela proliferação dos partidos políticos, muitos sem peso. Então deveria se ter uma cláusula de desempenho, que aumentaria gradualmente conforme os resultados das eleições, e os partidos que não alcançassem o peso mínimo político iriam se juntar a outros ou desaparecer. Essa medida, a meu ver, é possível sem necessidade de emenda constitucional, até que o sistema parlamentarista esteja maduro para ser implantado de forma plena”, afirmou.

&



REFUGIADOS URBANOS

A oferta limitada de moradia em cidades diante dos aumentos da população e da pobreza acarreta crises habitacionais e migração forçada Brasil afora. A autoconstrução, prática de erguer a própria casa e suprir a demanda imediata por habitação, é, ao mesmo tempo, solução e problema. A criação de assentamentos precários sem adequada infraestrutura afeta a sociedade e desafia a arquitetura como instrumento de inclusão social. E a pluralidade do território nacional obriga a repensarmos os caminhos para o futuro do Brasil metropolitano.

texto RACHEL CARDOSO | fotos CHRISTIAN PARENTE

E

Eles se espalham pelas cidades, mas são ignorados diante da pressa do dia a dia. Suas histórias quase sempre envolvem abandono, violência, desemprego, submissão e vício. É o caso de Manuel Heleno dos Reis, de 56 anos, 40 deles nas ruas, nas quais chegou a constituir família e onde a perdeu: a mulher o abandonou e os filhos foram assassinados. Viciado em crack, foi preso por tráfico e sobreviveu ao “Massacre do Carandiru”, como ficou conhecida a operação da Polícia Militar para controlar uma rebelião no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, na zona norte de São Paulo, em 1992. Ao todo, 111 presos morreram. “Tenho um teto para me abrigar aqui e não espero mais nada da vida”, desabafa.

Ele é um dos cerca de 200 moradores que ocupam o Viaduto Alcântara Machado, na região do Brás, área central da capital paulista. A população costuma quase dobrar durante a noite com pessoas que buscam apenas um abrigo seguro para pernoitar. É uma comunidade que em breve enfrentará novamente o Poder Público: a prefeitura pediu, em maio, reintegração de posse da área, onde há cozinha, banheiro, biblioteca e lavanderia comunitárias.

A resistência, porém, é uma velha conhecida da maioria, vinda da Favela do Cimento, localizada debaixo do Viaduto

Bresser e em seus arredores na Radial Leste, alvo de incêndios e de inúmeras investidas das forças de repressão municipal. “O cadastramento das famílias é realizado todos os anos, mas nada muda”, conta Mário Silva, o Carequinha, de 37 anos. Ele deixou a Bahia, sua terra natal, para construir a cidade que agora o repele. “Perdi o emprego na construção e não tive mais como pagar aluguel”, explica. Há cinco anos nas ruas, Carequinha agora empreende num bar improvisado no próprio barraco, onde vende cachaças preparadas com ervas e raízes. Palmeirense fanático, encontrou força com o grupo de desvalidos para lutar por moradia e vida dignas.

A mesma luta diária vive Rita de Cássia Cruz Vieira, de 29 anos. Criada num orfanato em Mairiporã, região metropolitana de São Paulo, tornou-se uma sem-teto aos 18 anos, quando deixou a instituição. Permaneceu no emprego numa casa de família até se casar. Foram sete anos de dependência do marido, até o relacionamento acabar e ela voltar às ruas que abrigam o sofrimento silencioso de milhões de pessoas.

A Fundação João Pinheiro, responsável pelo cálculo oficial do déficit habitacional brasileiro, estima uma demanda superior a 6 milhões de moradias, sendo quase 85% desse total formados por famílias sem renda ou renda mensal de até três salários mínimos. Trata-se de um cenário sem perspectivas de alteração, segundo o coordenador do Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais (Catso), o cientista político Pablo Escobar. “As soluções são paliativas e só mudam o problema de lugar. Essas pessoas vão sendo jogadas para longe da cidade pela pressão da especulação imobiliária”, avalia.

Não se pode, segundo Escobar, tirar uma pessoa de um lugar onde estão todas as suas referências, inclusive de trabalho, e jogá-la num albergue a quilômetros de distância. “Ela vai viver de quê?”, questiona o ativista, que sentiu na própria pele o drama de viver nas ruas quando chegou ao Brasil com a família, exilada pela ditadura militar no Chile.

Aliás, fatores políticos (além dos socioeconômicos) agravam o problema, tornando a falta de moradia um fenômeno mundial. O surto migratório de povos muçulmanos para países europeus em razão das guerras civis, com mais de 350 mil pessoas vulneráveis, é apenas um exemplo disso. Nem é preciso ir muito longe para perceber a movimentação, segundo o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral Povo da Rua.

Em 2015 foram os haitianos e, neste ano, venezuelanos que têm cruzado a fronteira brasileira em busca de trabalho e comida, em razão das graves crises econômica e política. “Calais é aqui”, diz Lancellotti, ao comparar a situação da população brasileira aos refugiados da França, que em poucos dias ganhou uma favela a céu aberto em Paris, com milhares de tendas e colchões se amontoando pelas ruas após a desocupação do acampamento pelas autoridades francesas.

A controversa cena dos desabrigados se repete por todos os cantos. Enquanto esta reportagem era fechada, a Frente de Luta por Moradia (FLM) realizava ocupações simultâneas de terrenos e edifícios na capital paulista. “Nós ocupamos para

denunciar [os imóveis ociosos] e para saber o que vai ser feito das demandas de moradia”, afirma Carmen Ferreira, uma das líderes da FLM, que participou da ocupação da antiga sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) na Avenida Nove de Julho, no centro paulistano.

Uma reivindicação legítima, mas cujo fim quase nunca é feliz. Vide o que ficou conhecido como o “Massacre do Pinheirinho”, quando a Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Civil Metropolitana de São José dos Campos, no interior paulista, invadiram a ocupação de mesmo nome para cumprir ordem de reintegração de posse expedida pelo Estado, em 2012. A ação contou com violência, brutalidade e intimidação aos moradores despejados em meio a uma imensa confusão judicial.

De acordo com o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTs), Guilherme Boulos, Pinheirinho não é exceção. “A ocupação dá uma oportunidade para que pessoas sem nenhuma alternativa para sair do sufoco tenham uma luta comum, mas elas não aparecem do nada”, escreveu em seu livro *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*.

O cotidiano dos moradores de rua é apenas a parte mais visível do cenário de um país com um complexo quadro social. Os movimentos de ocupação apresentam particularidades regionais e locais. Para explicar os chamados “assentamentos precários” – que englobam ocupações, favelas, cortiços e loteamentos irregulares e ilegais –, não faltam estudos. As soluções, porém, parecem caminhar mais morosamente do que a quantidade de gente em busca de um lugar para viver.

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), o contingente populacional do planeta atingirá a marca de 9 bilhões de habitantes em 2050. Atualmente, a taxa de crescimento populacional mundial, inferior a 1,2% ao ano, encontra-se em constante declínio. Entretanto, a expectativa de vida está em ascensão em virtude dos avanços na medicina, entre outros fatores.

O aumento populacional ocorre de forma distinta em cada continente do planeta. A África, por exemplo, registra crescimento populacional de 2,3% ao ano. A Europa, por sua vez, apresenta taxa de 0,1% ao ano. América e Ásia crescem 1,1% ao ano, e a Oceania, 1,3% ao ano.

Apesar de o crescimento acontecer em praticamente todo o canto do planeta, continuará a ocorrer de forma bastante desequilibrada,



segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). No Brasil, por exemplo, quase 60% dos assentamentos precários estão concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador e Recife.

“De forma muito clara, as cidades brasileiras retratam muito bem as desigualdades que atravessam a nossa sociedade”, diz a pesquisadora Maria da Piedade de Moraes, autora de diversos estudos sobre o tema, entre os quais “Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros”.

Para Piedade, o grande desafio do século 21 é a gestão da cidade com todos os seus problemas de mobilidade urbana, concentração de propriedade e exigências de participação democrática. “Embora as cidades continuem a ser uma questão incontornável, este centenário precisa se constituir como o século dos direitos humanos”, diz.

Há consenso, porém, que houve evolução desde a promulgação da Constituição de 1988, que instituiu um capítulo destinado à política urbana, no qual a regularização fundiária é destacada por meio da função social da propriedade para habitação. Outro passo dado para amenizar a situação foi a criação do Estatuto da Cidade, em 2001.

A urbanista Raquel Rolnik, ligada ao Instituto Pólis, acredita que a iniciativa traz bene-

Manuel vive na rua há 40 anos. Sem família e viciado em crack, já foi preso por tráfico. Sem esperança de melhorar a condição de moradia, desabafa: “Tenho um teto para me abrigar aqui e não espero mais nada da vida”

fícios ecológicos aos grandes centros urbanos ao estimular a instalação da população de baixa renda em áreas dotadas de infraestrutura e evitar a ocupação de áreas frágeis ambientalmente, como mangues, encostas de morros e zonas inundáveis.

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, a ideia foi de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar os acessos da população a moradia, saneamento e transporte, todos problemas interligados. A atual secretária Nacional da Habitação do ministério, Maria Henriqueta Arantes Ferreira, acredita que não se trata apenas de falta de estoque de imóveis. O ônus excessivo do aluguel e a coabitação das famílias demandam uma mudança do desenho das cidades.

É o que prevê o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que reúne estratégias de longo prazo para questões do setor e engloba dois programas para tirar do papel suas propostas: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). De acordo com Henriqueta, desde 2007 até hoje, no PAC, eixo de Urbanização de Assentamentos Precários, foram contratadas 3.417 operações, que estão beneficiando mais de 2 milhões de famílias com investimento de recursos na ordem de R\$ 27,8 bilhões.

A secretária destaca ainda que, quando lançado em 2009, o MCMV tinha entre seus objetivos a geração de empregos, uma vez que a produção habitacional em larga escala é capaz de movimentar toda a cadeia produtiva da construção civil, além da promoção de cidadania aos beneficiários que passam a dispor de condições dignas de moradia.

Integrante da equipe que ajudou a elaborar o PlanHab, o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki explica que a questão habitacional depende de dois pilares: políticas urbana e fundiária; e produção, que envolve mecanismos de financiamento e toda a cadeia da construção civil. O primeiro depende de ações como a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, lei que planeja o crescimento das cidades e inclui a criação de zonas de interesse social (Zeis), exclusivas para moradia popular, que praticamente dobrou o espaço para moradias na cidade. O segundo envolve questões como a regularização de mutirões, conjuntos habitacionais e ocupações. “É importante ainda garantir a escritura às famílias para que não corram risco de despejo e possam investir com segurança em sua habitação.”

A autogestão (ou mutirão) é reconhecida como forma de resolver a demanda por moradia com baixo custo. “Trata-se de um modelo que envolve a participação ativa das famílias em todas as etapas do projeto com atuação dos movimentos populares e que tem surtido bons resultados”, explica Bonduki.

Um exemplo disso vem dos Sem Terra Leste 1, com 5 mil famílias nas regiões de Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Sapopemba e São Mateus, que conquistou sete terrenos com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

Tese de mestrado da arquiteta Joisa Maria Barroso Loureiro analisa de que forma experiências de cooperativismo habitacional autogestionário avançaram no sentido de produzir uma moradia que garanta a dignidade e o bem-estar das pessoas. A conclusão do estudo de caso do Conjunto

*A autoconstrução
supre a demanda
imediata por
habitação nos grandes
centros urbanos*



QUASE 60% DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS ESTÃO CONCENTRADOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BELÉM, SALVADOR E RECIFE

Habitacional Paulo Freire, em Cidade Tiradentes, é que houve avanços significativos na materialização de projetos contra-hegemônicos da cidade. “O espaço de resistência deu lugar ao espaço de esperança”, escreve a autora.

Bonduki e Joisa são endossados pelo arquiteto Caio Santo Amore, da ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, uma assessoria técnica fundada em 1993 por um grupo de sociólogos, psicólogos, advogados, engenheiros e arquitetos com a missão de universalizar o direito à cidade e à moradia digna. Um dos projetos assistidos pela entidade é um conjunto habitacional no Parque Estela, em Guarulhos, que ganhou forma por meio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), responsável pelas famílias que obtiveram financiamento pela Caixa Econômica via fundo de recursos sociais. “É preciso organizar melhor os movimentos e os espaços”, diz Santo Amore.

Para ele, a efetivação desses instrumentos de ordenamento territorial, contudo, ainda é tímida. Principalmente no que diz respeito à saúde e à geração de empregos. Em Cidades Tiradentes, por exemplo, estão os menores números de postos de empregos formais, os quais continuam a prevalecer no centro expandido – apontado como núcleo econômico da cidade de São Paulo. Essa questão, somada à precariedade do sistema de transporte público da região, torna difícil a abolição da característica histórica de Cidades Tiradentes enquanto “cidade dormitório”, o “lugar” dos conjuntos habitacionais da capital paulista.

No clássico *Raízes do Brasil*, o historiador Sérgio Buarque de Holanda mostra que a ocupação desordenada se perpetua por aqui desde o período colonial. O interesse no País era o de enriquecer rapidamente e com pouco esforço, não levando em conta o estabelecimento em longo prazo e dentro de bases econômicas sustentáveis.

De lá para cá, uma série de fatores históricos como a rápida industrialização do Brasil no século 20 – época em que

surgiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – impulsionaram a criação de “cidades ilegais”. “Desde o início do processo de construção da sociedade brasileira houve um descompasso entre o acesso à moradia e o crescimento populacional”, avalia a coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), Maria Lúcia Refinetti.

O fracasso do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a consequente exclusão social dos menos favorecidos em prol dos beneficiados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigou grande parte da população a se instalar em áreas periféricas, insalubres e sem infraestrutura.

O crescimento da cidade ilegal, em que as famílias se apossam da terra sem compra nem título de posse, passou a ser discutido como a mina de ouro do urbanismo. A especulação imobiliária é corrente na realidade brasileira, na qual ainda um terço dos espaços para construção se mantém vago na expectativa de valorização, expulsando a população de baixa renda para as áreas ilegais, onde a especulação também já acontece. Estima-se que apenas 20% da população que necessita de habitação têm possibilidade de pagá-la, e que os 80% restantes, além da ausência da renda, não apresentam o perfil para assumir os financiamentos existentes.

O descaso do Poder Público frente às questões habitacionais, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, fez com que ressurgisse a questão relacionada aos movimentos sociais de reivindicação por infraestrutura e regularização dos assentamentos precários. Isso culminou num novo ordenamento constitucional diante da necessidade inerente de morar do ser humano. Tal como beber e comer, abrigar-se é fundamental na vida do indivíduo e determinante na formação do cidadão.

&

PANORAMA ECONÔMICO

Ao se analisar a situação atual e as perspectivas da economia brasileira para os próximos anos, três aspectos devem ser destacados: o que levou a Brasil a esta situação? O que já avançou em termos de política macroeconômica e o que falta para recolocar o País na rota do crescimento? A política econômica está no caminho correto?

Inicialmente, é importante destacar que o Brasil enfrentou a maior recessão dos últimos cem anos, com o PIB caindo 3,8% em 2015 e 4,6% no primeiro semestre (em relação ao mesmo período do ano anterior). Como consequência, o desemprego atingiu 12 milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, observou-se forte queda de renda real dos trabalhadores. Na realidade, o País está pagando dois tipos de custos: aqueles derivados dos graves erros de política econômica e os custos para corrigi-los. A chamada “nova matriz econômica” destruiu os fundamentos macroeconômicos do País, com inflação e câmbio artificialmente represados (em 2014) e forte deterioração do quadro fiscal, com o superávit primário saindo de 3,1% do PIB em 2011 para um déficit de 2,7% do PIB em 2015.

Vale registrar que recentemente foram obtidos progressos em termos de política econômica. Nesse sentido, pode-se destacar: a redução do déficit em conta corrente, que saiu de US\$ 104 bilhões em 2014 para uma previsão de US\$ 23,9 bilhões em 2016 (pesquisa Focus), consequência da maior liberdade cambial; a inflação, após acelerar para 10,7% em 2015, em função da correção de preços defasados e desvalorização cambial, mostrando nítida tendência de declínio (previsão de 6,8% para este ano, de acordo

com a pesquisa Focus) e devendo se aproximar do centro da meta em 2017; e a maior agressividade da política monetária respondendo por uma parcela importante dessa tendência.

Destacados esses aspectos, nota-se que falta o principal, isto é, o reequilíbrio das contas públicas. A situação fiscal do País é gravíssima. Se a tendência de deterioração não for revertida, o custo para a sociedade será brutal, na forma de desemprego e inflação. Não há como retomar o crescimento de forma sustentada sem uma nova dinâmica de política fiscal.

Nesse sentido, é fundamental a aprovação da PEC 241, que estabelece teto para a expansão das despesas públicas. Ainda em relação a essa PEC, cabe observar, mesmo sendo aprovada, que: a) o desequilíbrio das contas públicas é tão elevado que não há como resolver o problema no curto prazo, basta observar que o déficit primário atual (2,7% do PIB) precisa ser transformado num superávit de aproximadamente 3% do PIB para que a relação dívida/PIB pare de crescer – o que pode ser feito é um programa crível de ajuste das contas públicas, mesmo que a relação dívida/PIB continue crescendo (o que será inevitável), mas reverta essa tendência em seis ou sete anos ou até mais –; e b) não há como viabilizar a PEC do teto dos gastos se não for feita a reforma da previdência (muito mais complexa em termos de aprovação) – as despesas com INSS saltaram de 3,3% do PIB em 1991 para 8% do PIB atualmente, e alcançarão quase 10% do PIB em 2026 se as condições atuais forem mantidas.

Com a mudança na Presidência da República e a nomeação de uma equipe econômica “pró-mercado”, as expectativas se tornaram mais favoráveis, mas os problemas econômicos permanecem. No curto prazo, o governo não dispõe de instrumentos para promover uma reaceleração rápida da economia. A recuperação será muito gradual, com o PIB crescendo em torno de 1,5% em 2017. Para os anos seguintes, tudo dependerá da viabilidade de implantação da política econômica. As medidas propostas estão no caminho correto, mas não se pode esquecer que o “estrago” foi muito grande e que há muito conflito de interesses dentro da base de apoio do governo. Será preciso esperar para se ter uma visão clara da evolução das reformas, principalmente a da previdência. Enquanto isso, pode-se considerar a situação atual com um otimismo cauteloso.

&



ANTONIO LANZANA

é presidente do Núcleo de Economia do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP, professor da FEA-USP e da Fundação Dom Cabral e autor do livro *Economia brasileira – fundamentos e atualidade* – Editora Atlas (5ª edição)

B



texto FILIPE LOPES

Olhar o passado para entender o presente

As obras do escritor e historiador Laurentino Gomes são conhecidas pelas histórias pitorescas sobre os passos da família real portuguesa no Brasil. Seus títulos desmitificaram a pecha de que não se vende livro de história no País. Detentoras de três Jabutis, *1808*, *1822* e *1889* venderam quase 2,5 milhões de exemplares no Brasil, em Portugal e nos Estados Unidos. Gomes se prepara agora para o lançamento de uma nova trilogia que conta a história da escravidão no País e, para isso, terá uma rotina bem corrida – dois anos de pesquisas em mais de cem livros e viagens aos países-chave para remontar fatos ainda pouco explorados. O primeiro livro da trilogia está previsto para 2019.

Jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Gomes aplica todas as suas técnicas de redação em apuração, escrita e acabamento de suas obras. “A linguagem e a técnica jornalísticas ajudam a tornar a história um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado ao estilo árido e, às vezes, incompreensível dos livros acadêmicos. Além disso, não me limito a pesquisar livros e fontes tradicionais. Vou aos locais dos acontecimentos de 200 anos atrás, mostrando como estão hoje. O estilo dos três é o mesmo: capítulos curtos, pequenos perfis dos personagens e linguagem de fácil acesso. Esse recurso bem-humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, num título de capa de revista ou numa manchete de jornal”, aponta.

“História é uma ferramenta importantíssima de construção de identidade. Ao olhar para o passado, conseguimos entender quem somos hoje, ou seja, como chegamos até aqui. Uma sociedade que não estuda história não consegue compreender a si mesma porque desconhece as suas raízes e as peculiaridades que a diferenciam de outros povos, países e nações. Portanto, estudar história é fundamental para entender o Brasil de hoje e também para construir o país dos nossos sonhos. Só pelo estudo de história será possível capacitar as pessoas a fazer as escolhas corretas num ambiente de democracia, incluindo o voto consciente na urna”, afirma Gomes. Ainda segundo o autor, o sucesso de suas obras demonstra que os brasileiros estão olhando para o passado em busca de explicações para as dificuldades do presente “e isso é uma boa notícia”.

&



1808, Editora Planeta;
1822, Editora Nova Fronteira;
1889, Globolivros

A REVOLUÇÃO RUSSA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

Em 1917, o mundo começava a se cansar da Grande Guerra, que entrava no seu terceiro ano. Greves operárias, motins militares e deserções em massa compunham o panorama internacional. Quando os ataques de submarinos alemães bloquearam o comércio com a Europa, o Brasil sentiu os efeitos do conflito: até então, todos os artigos manufaturados vinham do Velho Mundo, desde o calçado Bostock, a manteiga Peletier e o chá Lipton até caixões de defuntos. De repente, faltou tudo, e o País teve de produzir.

texto HERBERT CARVALHO



A

A incipiente indústria nacional, que não atendia a mais do que 5% das necessidades de consumo, deu um salto: entre 1915 e 1919, surgiram 6 mil empresas industriais, o mesmo número das que haviam sido criadas nos 25 anos anteriores, desde 1890. O proletariado brasileiro também ganhou musculatura: ultrapassou a casa dos 200 mil operários, um peso social considerável para uma nação que contava então com 18 milhões de habitantes.

As condições de vida e trabalho eram tão ou mais duras e degradantes do que haviam sido durante os três séculos e meio de regime escravo, à exceção dos castigos físicos, reservados aos militares e que, no início da década de 1910, haviam provocado a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido.

A jornada média laboral nas fábricas e oficinas se iniciava às 6 horas e se estendia até as 18 horas, com uma hora de almoço. A vida média do operário era de 25 anos. Os baixos salários caíam pela metade no pagamento das mulheres, que respondiam por até 70% do contingente empregado. O recrutamento intensivo da mão de obra feminina, considerada mais dócil e com melhor adaptação à disciplina da produção, era completado com o trabalho infantil. A criança, quando remunerada, recebia cerca de 10%. Numa série de reportagens intituladas “As crianças nas fábricas”, o jornal *A Gazeta* revelou o emprego de crianças de ambos os gêneros, algumas com menos de 12 anos, em tarefas noturnas: na Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa, foi flagrado e fotografado o desfile de crianças à uma hora da madrugada, término do turno iniciado às 14h30.

A imprensa paulistana também registrou diariamente, em 1917, o encarecimento do custo de vida provocado pela guerra e pelo sumiço dos itens alimentícios, que desapareciam do mercado ou eram vistos adulterados. A venda de produtos de má qualidade e nocivos à saúde levou o escritor Monteiro Lobato a afirmar que “São Paulo, cidade havida como modelar em matéria de defesa sanitária, virou o paraíso da fraude bromatológica”. Havia, ainda, uma espécie de “cambão urbano”: empregados de algumas indústrias eram obrigados a comprar no armazém do mesmo grupo por preço bem mais alto. Para completar o quadro, os aluguéis atingiam níveis proibitivos e as pequenas operações de crédito, fechadas pelos bancos, eram assumidas por agiotas que rondavam as portas de fábrica e repartições públicas à cata de vítimas desesperadas.

GREVE GERAL

Essa situação foi enfrentada com muita luta pelos trabalhadores, que, entre 1917 e 1920, desencadearam mais de 200 greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, movimento paredista que se alastrou pelo País, de Pernambuco a Rio Grande do Sul, afetando não apenas operários industriais, como também ferroviários e estivadores. As reivindicações dos grevistas podem ser resumidas pelos princípios que, ao término da Primeira Guerra Mundial, foram inseridos no Tratado de Paz de Versalhes, mas só seriam aplicados no Brasil na década de 1930: 1) Direito de associação; 2) Proibição do trabalho para menores de 14 anos; 3) Salário igual sem distinção de sexo para trabalho igual; 4) Repouso semanal remunerado; e 5) Oito horas de trabalho por dia ou 48 horas semanais.

Desde 1906 – ano do congresso operário que fundou a Central Operária Brasileira (COB), inspirada na CGT francesa –, os anarcosindicalis-

JOSÉ OITICICA E ASTROGILDO PEREIRA NOS PERMITEM COMPREENDER A CISÃO QUE OCORREU NO PROLETARIADO BRASILEIRO COM BASE NA INFLUÊNCIA DAS IDEIAS TRAZIDAS PELA REVOLUÇÃO SOVIÉTICA

tas haviam assumido a liderança das massas urbanas por meio de ação direta. Essa forma de luta trazida ao País pelos anarquistas de origem europeia rejeitava hierarquias e organização política, enfatizando a atitude libertária individual e a espontaneidade absoluta do movimento operário, que devia se valer da greve geral, do boicote e até mesmo de atentados à bomba como instrumentos de transformação social. O sindicato não era visto por eles apenas como meio, mas como fim, pois deveria se constituir também como núcleo básico da sociedade igualitária num futuro sem o Estado, a ser substituído por uma federação de comunas livres, na qual a propriedade privada seria abolida.

Esse enunciado todo, que cem anos depois soa utópico, produziu em julho de 1917 uma greve geral, que por três dias paralisou completamente a cidade de São Paulo. Iniciada pelos tecelões, a parede se alastrou por outras categorias e foi reprimida com truculência pela polícia, que matou um trabalhador e provocou uma silenciosa passeata de dezenas de milhares de pessoas pelo centro da cidade, carregando o féretro da vítima. Ao fim, negociações mediadas por um comitê de jornalistas arrancou algumas concessões dos empresários, como um aumento de 20% dos salários, anulado em pouco tempo pela inflação.

Enquanto diante das movimentações operárias os jornais afirmavam que “agitadores estrangeiros” abusavam “da boa-fé do nosso proletariado”, as notícias provenientes de Petrogrado davam conta de que o czar Nicolau II, pressionado pelo parlamento russo, abdicara em favor de seu irmão Miguel. Este, ao não obter os poderes especiais que pretendia, também resignara, substituído pelo príncipe Lvov, à frente de um governo provisório liderado em seguida por Alexandre Kerensky, um advogado de 34 anos filiado ao Partido Socialista Revolucionário.



Essa trama palaciana que aproximava a Revolução Russa da nossa Proclamação da República não podia estar mais distante dos fatos de um movimento que, em março, nasceu nas barricadas do bairro proletário de Viborg, evoluiu para a greve geral de caráter político e provocou a queda do czar quando este chamou o exército para intervir – entretanto, os soldados acabaram por confraternizar com os operários em vez de enfrentá-los. “A United Press e a Havas continuam a nos julgar indignos da verdade, pobres bugres que convém manter no alheamento completo do que se passa no mundo”, comentou o deputado e escritor Gilberto Amado sobre as agências internacionais que abasteciam a imprensa brasileira com informações tendenciosas, destinadas a manter a Rússia na guerra ao lado da Entente (Grã-Bretanha, França, Itália e, a partir de 1917, os Estados Unidos) contra os Impérios Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia).

MAXIMALISTAS

A partir de abril, o nome do revolucionário russo Vladimir Ilich Ulyanov, conhecido como Lênin, começa a aparecer no noticiário como “espião alemão” e “agente do Kaiser”. Sua morte ou prisão foi falsamente noticiada várias vezes pelos jornais *A Noite* e *Correio da Manhã*, do Rio de Ja-

neiro. Era designado como chefe dos “maximalistas”, nome pelo qual as agências traduziam a facção bolchevique majoritária resultante do “racha” do Partido Operário Social Democrata Russo e oposta aos minoritários mencheviques (ou minimalistas).

A decidida postura de Lênin e seus seguidores de tirar a Rússia da guerra a qualquer preço, que acabou ocorrendo por meio do tratado com a Alemanha de Brest-Litovski em 1918, provocava urticária na intelectualidade pátria embevecida pela oratória guerreira de Rui Barbosa, favorável à entrada do Brasil no conflito ao lado dos aliados. Quando isso se sucedeu em 27 de outubro de 1917, dez dias antes de Lênin assumir o poder e anunciar ao mundo a vitória da Revolução Socialista Russa, os jornais do País ainda teciam loas a Kerensky e acreditavam que seu governo seria restaurado, nem que fosse necessária uma intervenção da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos para jugular a “anarquia maximalista”.

Essa postura foi seguida pelo Ministério das Relações Exteriores, que praticamente ignorou

a implantação da República dos Sovietes, em contraste com o posicionamento adotado meses antes, quando o presidente Venceslau Brás prontamente reconheceu o governo resultante da derrubada do czar. Desta vez, o Itamaraty continuou a reconhecer o representante de Kerensky, o diplomata Alexandre Scherbatsky, como se nada houvesse acontecido. Quando a representação diplomática da Rússia ficou sem dinheiro para funcionar, o governo aceitou bancar suas despesas, o que foi feito até 1920.

Na outra ponta, Vianna Kelsch, encarregado de negócios do Brasil, retirou-se em fevereiro de 1918 de Petrogrado, acompanhando os embaixadores da Entente, que seguiram para Archangel. Por esse porto chegavam tropas inglesas, francesas e norte-americanas que intervieram na Guerra Civil travada entre os exércitos Vermelho e Branco. O último telegrama recebido pelo Itamaraty da Rússia, em dezembro de 1918, informava o abandono do país pelos diplomatas brasileiros, que deixavam os nossos interesses a cargo da Noruega. O Brasil não teria mais representação oficial na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até 1945.

Nos primeiros dias do poder soviético instalado no antigo império dos czares, que se estendia da Europa até as extremidades da Ásia, seus governantes – atacados por dentro e por fora por mais de uma dezena de potências – olhavam para o calendário para saber se durariam mais do que os 72 dias do primeiro governo operário da história, a Comuna de Paris, instalada em 1871 durante a guerra Franco-Prussiana. A URSS durou, como sabemos, mais de 70 anos, até 26 de dezembro de 1991, quando a bandeira vermelha da foice e do martelo foi substituída

no Kremlin, em Moscou, pela bandeira russa pré-revolucionária.

Em 1918, porém, não se sabia sequer o que acontecia ou quem mandava de fato na Rússia, dando espaço às mais disparatadas versões. Dessa forma, os trabalhadores brasileiros acreditaram inicialmente que a Revolução fora de caráter anarquista. O 1º de maio foi comemorado pelos operários cariocas em pleno estado de sítio, decretado em novembro do ano anterior a pretexto da participação do Brasil na guerra, mas que servia para o governo fechar sindicatos e associações de trabalhadores, prendendo e deportando líderes anarquistas estrangeiros. Apesar da repressão policial, manifestantes

**NOS PRIMEIROS DIAS DO
PODER SOVIÉTICO, SEUS
GOVERNANTES OLHAVAM
PARA O CALENDÁRIO PARA
SABER SE DURARIAM
MAIS DO QUE OS 72 DIAS
DO PRIMEIRO GOVERNO
OPERÁRIO DA HISTÓRIA,
A COMUNA DE PARIS,
INSTALADA EM 1871.**

ocuparam a Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, agitaram bandeiras vermelhas, cantaram o Hino da Internacional, deram “vivas à Rússia” e “à emancipação do proletariado” e morras à “exploração capitalista”.

No mês de agosto eclodiu uma greve que paralisou o serviço de barcas entre Rio e Niterói. A população entrou em choque com a polícia e soldados do 58º BC do Exército confraternizaram com a multidão, em vez de reprimi-la, e ainda trocaram tiros com a mesma polícia. Estimulados pelo exemplo da Rússia e pelas lutas operárias, anarquistas cariocas decidiram tomar o poder e instituir o Soviete do Rio. Comandados por José Oiticica e Astrogildo Pereira, chegaram a tomar o 10º Distrito Policial, mas foram traídos pelo tenente do exército Jorge Elias Aju, que havia sido designado chefe militar da insurreição. A tentativa fracassou e seus líderes foram presos. A partir daí, o movimento operário começou a arrefecer.

FUNDAÇÃO DO PCB

As figuras emblemáticas de José Oiticica e Astrogildo Pereira são os fios condutores que nos permitem compreender a cisão que nos anos seguintes ocorreu no proletariado brasileiro com base na influência das ideias trazidas pela Revolução Soviética. Crítico literário e filólogo, Oiticica era professor de português do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro – cargo do qual foi afastado após sua prisão. Destacado líder anarquista, ele escreveu em 1920 uma série de artigos no jornal *Voz do Povo* sob o título de “Mau caminho”, expressando seu descontentamento com os rumos da Revolução na Rússia. Além de considerar como um vírus nefasto a ditadura do proletariado e a férrea disciplina partidária pregadas por Lênin, ele taxava León Trotsky de “infame”, por ter o chefe do Exército Vermelho fechado a Federação dos Grupos Anarquistas de Moscou e declarado fora da lei o movimento guerrilheiro anarquista de Nestor Makhno. Liberado do cárcere em 1929, o avô do artista plástico Hélio Oiticica permaneceria fiel aos ideais anarquistas que continuou a propagar até a década de 1940, por meio do *Ação Direta*, periódico fundado e editado por ele.

Caminho inverso seguiu Astrogildo Pereira, que se afastou do anarquismo para fazer uma profissão de fé no marxismo-leninismo e ser o principal articulador da fundação, em 1922, do

Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual seria o secretário-geral. Já em 1918 ele publicara no *Jornal do Brasil*, sob o pseudônimo de Alex Pavel, o texto “A Revolução Russa e a imprensa”, procurando desfazer o emaranhado de falsidades dos telegramas das agências internacionais. Defendia Lênin da acusação de espionagem por ser “um velho socialista militante de mais de 20 anos, ferozmente perseguido pela autocracia moscovita” e autor de livros como *A Evolução do capitalismo na Rússia e A revolução proletária e o renegado Kautsky*, contra o líder alemão que sustentou o alinhamento dos partidos social-democratas da II Internacional com os governos dos respectivos países durante a Primeira Guerra Mundial.

Não foi Astrogildo Pereira, entretanto, quem se encarregou de adaptar o marxismo-leninismo à realidade brasileira. “Era um intelectual modesto, tinha consciência de suas limitações e não se sentiu em condições de enfrentar o desafio”, afirma o autor do livro *História das ideias socialistas no Brasil*, Leandro Konder. A tarefa recaiu sobre o farmacêutico alagoano Otávio Brandão, teórico ambicioso que em 1924 lançou dois livros – *Rússia proletária e agrarismo e industrialismo*. Neste último, apoiava-se nas teses de Lênin enunciadas na obra *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* para situar o Brasil no centro de uma disputa entre dois imperialismos: o britânico e o norte-americano.

Como Marx e Engels, fundadores da Primeira Internacional Comunista e autores do *Manifesto comunista*, de 1848, sustentavam que a passagem ao socialismo se daria nos países capitalistas avançados, coube a Lênin a formulação de que na era do imperialismo o capitalismo se transformava numa cadeia, que podia ser rompida em seus elos mais frágeis – em outras palavras, em países atrasados, como a Rússia e o Brasil.

Ao contrário dos partidos comunistas da Europa, que se formaram como dissidências de partidos socialistas ou social-democratas, no Brasil essa lógica se inverteu, conforme explica Luiz Alberto Moniz Bandeira na obra *O ano vermelho – a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. “Os povos mais atrasados tem uma vantagem: podem saltar as etapas que os outros percorreram. Aprendem a experiência e assimilam as conquistas da civilização nos campos econômico, social e político. O proletariado brasileiro pulou do anarquismo para o comunismo sem

passar pela social-democracia.” Assim, partidos social-democratas como PT, PDT e PSDB só se formaram no fim do século 20.

Voltando ao PCB, no mesmo ano de sua fundação, em 1922, instaurou-se o Movimento Tenentista, que teria no capitão Luís Carlos Prestes uma de suas principais lideranças. Por meio da fama conquistada com a coluna que levou seu nome, passou a ser cortejado pelos comunistas e viajou para Moscou, onde foi sacramentado secretário-geral do PCB por um soco dado na mesa por Dimitri Manuilsky, dirigente soviético da III Internacional. Voltou ao Brasil para dirigir o levante de 1935, cujo fracasso lhe custou dez anos de cadeia e a entrega de sua esposa alemã grávida, Olga Benário, aos nazistas.

Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, no qual Krushev encerrou o período stalinista, surgiu o PC do B, primeira grande cisão entre os comunistas brasileiros. Muitos outros se seguiriam durante a ditadura militar, com os grupos que partiram para a luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional, de Carlos Marighela. Após a Anistia, o PCB foi legalizado em 1985, mas já sem Prestes no comando. Após o fim da URSS, a maioria de seus membros decidiu transformá-lo no Partido Popular Socialista (PPS). Já o PCB, outrora chamado de *Partidão*, continuou como um dos mais de 30 partidos registrados, mas sem representantes no Congresso Nacional.

Além de operários, o comunismo seduziu no Brasil escritores como Lima Barreto e Jorge Amado, pintores como Di Cavalcanti e Portinari e personalidades como o arquiteto mundialmente reconhecido Oscar Niemayer, cuja morte – aos 104 anos, e com os mesmos ideais – pôde ser considerada como símbolo de uma saga iniciada há cem anos. Quanto à República dos Sovietes, apesar de ter levado a Rússia do arado de madeira à Era Espacial, terminou melancolicamente falida por causa da corrida armamentista na qual se envolvia com os Estados Unidos, ícone supremo do capitalismo que pretendia superar. A ruína do coletivismo soviético não representou, porém, o fim da história. Enquanto houver guerras e miséria, a necessidade de transformação social continuará na ordem do dia.

&



A PRIMEIRA FACULDADE DO BRASIL

Em pouco menos de 208 anos atrás, nascia a primeira faculdade do Brasil. Após a chegada da família real portuguesa ao País, em 1808, o rei Dom João VI assinou o documento que criou a Escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da cidade de Salvador, anexo ao prédio do Colégio dos Jesuítas, construído em 1553, no Terreiro de Jesus. Em 1832, foi rebatizada de Escola de Medicina e por ela passaram nomes que se destacaram nos cenários nacional e mundial da saúde, como Oscar Freire, Alfredo Brito e Juliano Moreira.

Hoje, o prédio original abriga a diretoria e a secretaria-geral da Faculdade de Medicina da Bahia (integrada à Universidade Federal da Bahia – UFBA), bem como os programas de extensão. Também comporta o Memorial da Medicina da instituição, com um rico acervo composto por mais de 5,3 milhões de páginas de documentos que incluem teses, pesquisas e experiências de centenas de cientistas.



PODE EXPORTAR



Com o Certificado de Origem da FecomercioSP, fica muito fácil.

Quando chega o momento de expandir os horizontes dos seus negócios, quanto mais simples, melhor. Então, não dá para perder tempo com burocracias desnecessárias. A FecomercioSP emite o Certificado de Origem para o seu produto na hora. Não demora, é garantido e agora tem preço especial para a sua empresa exportar mais. Para mais informações, entre em contato pelo site www.programarelaciona.com.br/beneficios-certificado-origem ou pelos telefones (11) 3254-1652 ou (11) 3254-1653 (Unidade São Paulo) e (13) 2101-2889 (Unidade Santos).

Certificado de Origem da FecomercioSP. O jeito rápido, prático e mais barato de exportar.

FECOMERCIO SP
Representa muito para você

INSTITUTO

PALAVRA ABERTA

**A liberdade de expressão
é um direito de toda a
sociedade. Valorizá-la,
promovê-la e defendê-la
é dever de todos nós.**

*Quanto mais você sabe,
melhor você decide.*

www.palavraaberta.org.br
www.solteapalavra.com.br
facebook.com/institutopalavraaberta
Twitter: @Palavra_Aberta
Google+: plus.google.com/+PalavraabertaOrgBr

